

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES



CAMINHOS PARA O BRASIL

NOSSO PAÍS, NOSSA CAUSA.

Documento político-programático

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caminhos para o Brasil – Nosso País, Nossa Causa /
autores e coordenação

Gustavo Grisa, Renata de Carvalho Rodrigues,
José Aldo Rebelo Figueiredo, José Fogaça,
Raul Henry, José Luiz Fuscaldo.

Brasília, DF : Fundação Ulysses Guimarães,
2025.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-996421-3-5

Sumário

I - APRESENTAÇÃO - O BRASIL É AGORA, MUDANÇA COM CONVERGÊNCIA

	8
Mensagem Baleia Rossi , presidente do MDB	12
Mensagem Alceu Moreira , presidente da FUG	14
Mensagem Michel Temer , Presidente da República (2016-2018)	16
Mensagem Eduardo Braga , líder do MDB no Senado	18
Mensagem Isnaldo Bulhões , líder do MDB na Câmara	20
Mensagem Aldo Rebelo , coordenador-geral "O Brasil Precisa Pensar o Brasil"	22
Trajetória "O Brasil Precisa Pensar o Brasil" - uma construção coletiva de futuro	24

II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CAMINHOS PARA O BRASIL

A nossa causa - o Brasil é de todos	28
Eixos estruturantes do conteúdo programático	32
As causas mobilizadoras	38
Consolidação da democracia	41
Retomada do desenvolvimento	53
Redução das desigualdades	89
Mensagem de convergência - As escolhas de futuro diante da urgência do presente	123

I. APRESENTAÇÃO



O Brasil é agora

Este documento apresenta caminhos para o Brasil a partir de uma construção coletiva, fundamentada em um amplo processo de consulta e pesquisa realizado entre janeiro e setembro de 2025, e que seguirá em curso ao longo de 2026.

Nesta síntese, estão expressas linhas de posicionamento que representam o sentimento de lideranças políticas e gestores públicos de todos os Estados brasileiros, de especialistas em temáticas de impacto público, da militância e da base do MDB.

Uma síntese que traduz a combinação entre a urgência da ação e a serenidade para articular, ao entender que, para a construção política democrática, os fundamentos são o diálogo, a busca pelo entendimento e o profundo respeito à institucionalidade do Brasil democrático.

Para atravessar o momento conturbado e polarizado e das opções reducionistas, será necessário organizar uma coerência de visões em torno dos grandes assuntos que dominam e dominarão a agenda pública na atualidade, e que se projetarão pela década seguinte. Parte desta perspectiva e transição para um novo momento nacional passa por um posicionamento responsável para o Brasil, baseado em atualização de agenda, consensos e soluções convergentes.

O que nos une é a necessidade de mudança com convergência

UM CENTRO DEMOCRÁTICO AGREGADOR, PROATIVO E PRODUTIVO

A escolha de se colocar no centro democrático carrega uma responsabilidade intrínseca: escutar, dialogar e enxergar, de fato, o que acontece ao seu redor. E essa posição de enxergar mais do que as partes em separado contribui para tomar decisões com maior legitimidade e abrangência.

O compromisso com a moderação, o pragmatismo, a busca pelo consenso e o equilíbrio atua como um contrapeso ao desgaste gerado pela intensificação de posicionamentos políticos radicais, que emanam tanto da extrema direita quanto da

extrema esquerda, desviando o foco da resolução de problemas reais de melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Para enfrentar os desafios e as oportunidades emergentes, promovendo um ambiente favorável ao crescimento econômico e à inclusão social, o MDB prioriza uma governança estável e consistente ao defender políticas que priorizam a continuidade a longo prazo, com novas abordagens que aumentem a sua escalabilidade, contemplando o tamanho e a diversidade regional do Brasil.

Esses pontos são convergentes com documentos anteriores formulados pelo partido, destacadamente, “Esperança e Mudança” (1982), “Democracia com Desenvolvimento” (1996), “Uma Ponte para o Futuro” (2015) e “Todos por Um Só Brasil” (2021).

Os documentos programáticos atenderam a momentos da história que inspiravam ora a defesa e reintrodução da sociedade brasileira aos valores e princípios democráticos, ora a defesa de medidas como responsabilidade fiscal, regulamentação prudente e investimentos estratégicos, reconhecendo a importância do esforço pela manutenção permanente da estabilidade do ambiente político e econômico.

São 60 anos do MDB e 40 anos da transição democrática, uma conquista árdua e de resistência da sociedade brasileira. O que estamos trazendo neste documento é mais um ato de responsabilidade do MDB para com o Brasil, em que se busca uma reconexão não apenas com a sociedade brasileira representada, mas também - e, principalmente - com as dezenas de milhões de

brasileiros que se encontram desencantados com uma disputa política polarizada e alheia aos grandes problemas que impactam diariamente na vida das pessoas.

Ao trazer o Brasil como nossa principal causa, acima de ideologia ou costumes, reafirmamos nossa conexão com a vontade de mudança efetiva e de um propósito compartilhado, uma distensão do ambiente político a partir de uma agenda que permita debater, construir e entregar soluções reais para um Brasil real, melhorando de forma concreta a vida de todos os brasileiros.

Nossa alma e nossos caminhos

BALEIA ROSSI

PRESIDENTE NACIONAL DO MDB

Há exatos 60 anos, vivenciávamos o recrudescimento da ditadura militar com a extinção dos partidos políticos após as eleições estaduais de outubro de 1965. Quase que de imediato, nasceu a ideia de se criar um novo partido de oposição. Quem era contra o regime de exceção se juntou para formar o Movimento Democrático Brasileiro. O projeto da sigla era um só: a retomada das liberdades. Não foi fácil. Em 1970, descrente de suas forças, o partido quase se autodissolveu. A retomada da confiança se deu a partir da chegada de Ulysses Guimarães à Presidência Nacional do MDB.

Foram 14 anos de luta até a vitória do presidente Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985, que ganhou a eleição

orientado pelo programa “Esperança e Mudança”, de 1982, quando da refundação da sigla como PMDB, e pelo ideário definido pelo texto “Compromisso com a Nação”, produzido a partir da construção da Aliança Democrática, fundamental para a composição da chapa com José Sarney e a Frente Liberal. Com a morte de Tancredo antes da posse, coube a Sarney conduzir a transição democrática de forma exemplar, tendo como principal resultado a Constituição de 1988.

Desde então, o Brasil vive seu período mais longo sob o regime democrático. É algo que precisamos celebrar sempre, mas sem jamais perder de vista que há muito a ser feito. Problemas antigos, como a falta de um desenvolvimento econômico mais substantivo que diminua a vergonhosa desigualdade, ainda estão longe de solução. Por isso, não podemos deixar de reconhecer a existência de um certo desgaste das instituições perante a população. Essa crise de confiança ficou evidente em 2013, e uma década depois ainda não foi superada.

O MDB jamais deixou de agir. Em 2015, por intermédio da

Fundação Ulysses Guimarães, apresentou o “Ponte para o Futuro”, um programa de retomada da credibilidade da economia brasileira. Em apenas dois anos de governo Michel Temer, o objetivo principal foi conquistado: queda da inflação e retomada do crescimento. Infelizmente, o Brasil – como outras nações – foi dragado pela polarização política impulsionada pelas novas formas de comunicação.

Em 2021, a FUG redobrou a aposta na moderação e no equilíbrio com o projeto “Todos por Um Só Brasil”. Quatro anos depois, a FUG apresenta ao País um projeto inédito marcado pela pluralidade e ampla participação de todo o MDB, por meio de dezenas de eventos virtuais e presença pelos cinco cantos do Brasil. Com vistas ao pleito de 2026, o MDB é o primeiro partido a ter uma proposta clara para o enfrentamento dos atuais desafios, sempre com o espírito que nos moldou 60 anos atrás: a luta por liberdade e a defesa inegociável da Democracia. É por essa estrada que vão nossos caminhos.

Mais uma vez, a FUG e o MDB escutaram o Brasil

ALCEU MOREIRA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
ULYSSES GUIMARÃES

Durante este ano de 2025, a Fundação Ulysses Guimarães percorreu o Brasil conversando com companheiros de partido e especialistas nos mais variados assuntos de interesse público, interagindo com o ambiente político e com os temas mais urgentes de cada Estado brasileiro.

Um processo que envolveu mais de 8.500 pessoas, com 25 eventos estaduais e mais de 20 reuniões online com pessoas que são referências em suas áreas, transmitidas e abertas ao público.

Podemos dizer que a FUG e o MDB escutaram o Brasil neste ano, e essa escuta está refletida em nosso documento político-programático,

que se propõe a ser uma síntese que trata dos pontos mais sensíveis à vida dos brasileiros. Um documento que se soma a outros esforços como ferramenta de soluções, e expressão do centro democrático com uma mensagem de convergência, de entendimento por uma causa maior.

Este documento não foi produzido em gabinete, é o resultado de um sentimento de Brasil por parte de lideranças em todo o País que cansaram de discussões polarizadas, discursos vazios e que se deparam com problemas nacionais que persistem e grandes oportunidades que não se concretizam.

Queremos ajudar o Brasil real a se reconstruir, por isso apontamos em nosso

documento as causas que são mais impactantes nesse caminho. A marca da responsabilidade também é um tom do que estamos propondo, um projeto de País que traz princípios de equilíbrio, mas com compromissos bem claros, especialmente no destravamento da economia e avanços na educação, na inclusão produtiva, na área social - o DNA do MDB, de aliar dinâmica econômica à profunda responsabilidade social.

“Caminhos para o Brasil” é, portanto, o resultado dessa construção, mais uma contribuição da Fundação Ulysses Guimarães, que está completando 30 anos neste ano, para o MDB e para o nosso País.



Encontro regional realizado no Pará em 25/09/2025.



Diálogo e Pacificação

MICHEL TEMER

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (2016-2018)

A história recente do Brasil nos ensina que a verdadeira força de uma Nação reside na sua capacidade de unir-se em torno de propósitos comuns. Divisões exacerbadas fragilizam o tecido social e comprometem o desenvolvimento, enquanto o diálogo e a moderação são instrumentos indispensáveis à construção da paz política — fundamento primeiro da estabilidade institucional e do progresso econômico e social.

A Fundação Ulysses Guimarães, ao promover o projeto *O Brasil Precisa Pensar o Brasil*, reafirma o valor do diálogo como caminho para compreender o país em sua pluralidade. Trata-se de um exercício de escuta e de



Encontro regional realizado em Belo Horizonte em 07/08/2025.

formulação coletiva, que reconhece nas diferenças não um obstáculo, mas a essência mesma da democracia.

O MDB, desde suas origens, tem sido protagonista na defesa do entendimento nacional. Nas transições mais decisivas da nossa história, coube-lhe a tarefa de reconciliar, de reaproximar e de construir pontes entre visões distintas. Esse é o papel natural do centro democrático: ser ponto de equilíbrio e de convergência, evitando que a divergência se converta em ruptura.

Hoje, mais do que nunca, é imperativo resgatar a cultura da civilidade e da convivência pacífica. A democracia não se resume à disputa eleitoral, mas à prática cotidiana do respeito, da escuta e da responsabilidade institucional.

Pensar o Brasil, portanto, é pensar na união dos brasileiros — na harmonia entre Poderes, na valorização do diálogo e na fé de que o futuro se constrói com serenidade, tolerância e compromisso com o bem comum.

MDB: a força que constrói o consenso e o futuro

EDUARDO BRAGA

SENADOR PELO AMAPÁ.
LÍDER DO MDB NO SENADO

O MDB se reafirma como o pilar do equilíbrio e da responsabilidade institucional na política brasileira. Nossa história é marcada pela defesa da democracia e pela capacidade de fazer pontes onde outros erguem muros. A missão é clara: unir o país para retomar o desenvolvimento e combater as desigualdades.

Nossa tradição de construir grandes pactos nacionais está na gênese de políticas que transformaram o Brasil. Sob a liderança do presidente José Sarney, o MDB foi protagonista na Assembleia Constituinte para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o maior sistema de saúde pública do mundo. Um marco civilizatório nascido do diálogo e da determinação em garantir direitos a todos.

Esse mesmo espírito move nossas ações hoje. É por isso que a Fundação Ulysses Guimarães (FUG), que é o setor de reflexão do partido, realiza debates e trocas de ideias através de iniciativas como o projeto O Brasil Precisa Pensar o Brasil. A nossa convicção é de que as melhores soluções surgem do diálogo e da união de diferentes opiniões, e não de imposições.

A recente Reforma Tributária é um testemunho da força do nosso método. Uma bandeira do partido, fruto da PEC 45/2019 de autoria do presidente do MDB, Baleia Rossi. Como relator, vi como o diálogo foi essencial para

aprovar a mais importante modernização econômica das últimas décadas.

E nossa vocação para o social se manifesta em programas como o Pé-de-Meia, iniciativa que nasceu no governo do MDB de Alagoas e hoje é uma política nacional que combate a evasão escolar, garantindo futuro a milhares de jovens.

O MDB continuará exercendo seu papel histórico: moderar, dialogar e construir. Seguiremos vigilantes, com a perspicácia que nos caracteriza, para garantir um futuro de prosperidade para todos os brasileiros.



Encontro regional realizado em Pernambuco em 22/07/2025.

Temos pressa em pensar o Brasil

ISNALDO BULHÕES JR

DEPUTADO FEDERAL POR ALAGOAS.
LÍDER DA BANCADA DO MDB NA CÂMARA

É no Plenário da Câmara que diversas correntes do pensamento sobre o futuro do Brasil se encontram. Nestes cinco anos à frente da bancada do MDB na Casa, tenho vivido intensamente com os colegas de partido uma batalha por propostas para garantir o desenvolvimento sustentável, ajudar o governo a tornar a máquina pública eficiente e melhorar a qualidade de vida de brasileiras e brasileiros.

Estes tempos de mudanças bruscas de plataformas tecnológicas e costumes tornam o exercício parlamentar mais desafiador. Em minhas posições, costumo lembrar a trajetória do nosso partido. Não apenas por seu compromisso de defesa da democracia e do respeito à integridade humana, mas

por sua tradição de reunir posicionamentos divergentes, no campo político e econômico.

Nesse contexto, liderar uma bancada plural é um desafio. Entretanto, ter consciência de que somos uma federação de ideias encurta o diálogo com outras legendas e a sociedade. A busca pela convergência traz resultados. Fui relator da Medida Provisória dos Ministérios, que deu uma nova estrutura ao governo do presidente Lula; evitei, como relator do programa Casa Verde e Amarela, que o Minha Casa, Minha Vida fosse desmantelado; e atuei fortemente para a aprovação histórica da Reforma Tributária, projeto do presidente do MDB, Baleia Rossi, discutido na comissão especial que teve Hildo Rocha à frente.

No momento, o meu desafio é relatar o Orçamento de 2026. Diante de decisões recentes do Congresso, faço ajustes que permitirão ao governo tocar obras e manter programas sociais.

Na polarização, o caminho do entendimento é o indicado. Isto aprendi com meu pai, Isinaldo Bulhões. Aprendi com as pessoas do sertão

de Alagoas. É de lá que vem o ensinamento de um certo prefeito. Graciliano Ramos, de Palmeiras dos Índios, escreveu em relatório como encarava a vida pública: “Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só há curvas onde as retas foram inteiramente impossíveis”. A lição do prefeito-escritor é seguida pelo MDB. Com a simplicidade característica dos brasileiros, o partido busca a reta. Nunca tergiversamos quando estão em jogo a democracia, a economia, a cidadania e a renda. Sem rodeios e curvas.

Esse estilo de viver e fazer política é a essência de um desafio que a Fundação Ulysses Guimarães apresenta: “O Brasil precisa pensar o Brasil”. A proposta de trazer subsídios ao debate sucessório de 2026 mostra a força de quem dialoga. O partido dá continuidade a projetos marcantes, como o “Ponte para o futuro” e “Todos por um só Brasil”. O sentimento é de quem tem pressa, mas antes escuta. É mais um passo na história iniciada por Ulysses e meus antigos antecessores na liderança da bancada, como Mário Covas, Pedroso Horta e Tancredo Neves. Vamos ouvir e pensar o Brasil.

Pensar o Brasil é pensar o futuro

ALDO REBELO

COORDENADOR-GERAL DO PROJETO
"O BRASIL PRECISA PENSAR O BRASIL"

O projeto "O Brasil Precisa Pensar o Brasil", da Fundação Ulysses Guimarães, reveste-se da importância das ideias que, depois de formuladas, podem desenhar o futuro do Brasil e dos brasileiros. Há décadas, nossa Pátria está mergulhada em uma tríplice crise que compromete o futuro das gerações vindouras: a estagnação econômica, a desindustrialização e a crise fiscal que sufocam a economia e bloqueiam o crescimento.

O primeiro e o principal desafio é exatamente recuperar a capacidade do País de voltar a crescer, reconstruir a geração de receitas que só o desenvolvimento é capaz de proporcionar. A crise fiscal não será resolvida por aumento de impostos ou esmagamento da capacidade

do Estado de assegurar serviços básicos para a população, principalmente os mais pobres. Há um outro caminho, o do crescimento que gere arrecadação necessária sem que a sociedade seja sacrificada pelo aumento de tributos. O Brasil pode se apoiar nas suas três promissoras fronteiras econômicas: a da agropecuária e agroindústria, com seus imensos recursos naturais, conhecimento de agricultura tropical e valiosa classe de produtores rurais; a fronteira mineral, com imensuráveis depósitos de terras raras; e a fronteira energética disponível nos rios da Amazônia, fábricas naturais de energia hidrelétrica, no petróleo da Margem Equatorial e na disponibilidade de alternativas eólica e solar.

O segundo desafio consiste na busca de redução das desigualdades sociais que afrontam a consciência nacional, e o principal caminho para alcançar tal objetivo é elevar a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, independentemente do seu nível de renda e condição social. Esta será a principal promessa de uma democracia verdadeira e duradoura para o nosso povo.

Finalmente, o terceiro desafio está relacionado com o esforço de construção da democracia e recuperação da capacidade do País de dialogar sem ódios e ressentimentos. O Brasil precisa de coesão nacional e social na sua marcha para o futuro.



Encontro regional realizado em Mato Grosso em 08/08/2025.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES - MDB

Trajetoória do Projeto

O BRASIL PRECISA PENSAR O BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE FUTURO

O projeto “O Brasil Precisa Pensar o Brasil” representou uma oportunidade de escuta qualificada, mobilização nacional e formulação política conectada às aspirações contemporâneas da sociedade brasileira. Sua metodologia, aplicada ao longo de 10 meses de intenso trabalho ao longo de 2025, expressa o compromisso da Fundação Ulysses Guimarães e do MDB com o debate público plural, técnico e democrático sobre os rumos do País.

Foram realizados 25 encontros regionais presenciais, abrangendo 22 unidades da federação, com representatividade das cinco regiões brasileiras

e a mobilização de mais de 8.500 pessoas. Esses encontros promoveram o diálogo direto com lideranças políticas, gestores públicos, especialistas e cidadãos, em um processo que colocou as realidades locais no centro do debate nacional.

De forma complementar, o projeto realizou 21 encontros virtuais temáticos, conectando especialistas e lideranças partidárias de todo o Brasil para discutir os principais eixos da agenda pública contemporânea: reformas estruturais, economia, política, agropecuária, saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, relações internacionais, segurança

jurídica, ciência e tecnologia, infraestrutura, defesa e integração nacional.

A amplitude e a transparência do processo foram reforçadas com a criação de uma página na internet, que garantiu ampla cobertura nas redes sociais e acesso público aos conteúdos e às sínteses de cada etapa. A escuta da população foi também orientada por duas sondagens nacionais, voltadas à identificação de prioridades temáticas e percepções sobre os desafios do País.

Além disso, o projeto recebeu centenas de contribuições voluntárias, vindas de todas as regiões

do Brasil, consolidando-se como uma experiência democrática de formulação coletiva, ancorada na escuta, no debate respeitoso e no compromisso com um futuro viável e possível para a nação brasileira.

Esse processo culminou no Encontro Nacional realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2025, que consolidou as percepções e os posicionamentos construídos ao longo do percurso. Trata-se de uma plataforma de escuta e formulação que permanece aberta, pois pensar o Brasil é, mais do que uma tarefa de governo ou de eleição, uma missão contínua.

Encontros Virtuais

ESPECIALISTAS E
LIDERANÇAS DEBATEM
OS TEMAS CENTRAIS
EM TRANSMISSÕES
AO VIVO NO CANAL
DE YOUTUBE DA FUG.



Escaneie o QR Code com a câmera do celular e assista o vídeo da trajetória de construção do documento programático Caminhos para o Brasil.



- 19/02 - Encontro Virtual com **Michel Temer**
- 01/04 - Encontro Virtual com **Rubens Barbosa**
- 07/04 - Encontro Virtual com **Romero Jucá**
- 14/04 - Encontro Virtual com **Samuel Pessôa**
- 22/04 - Encontro Virtual com **Evaristo de Miranda**
- 29/04 - Encontro Virtual com **Paulo Rabello de Castro**
- 06/05 - Encontro Virtual com **Priscila Cruz e Naercio Menezes**
- 13/05 - Encontro Virtual com **Luís Antônio Paulino**
- 27/05 - Encontro Virtual com **Carlos Alberto Di Franco**
- 03/06 - Encontro Virtual com **Vinicius Lummertz**
- 10/06 - Encontro Virtual com **Leonardo Picciani e Leandro Cruz**
- 08/07 - Encontro Virtual com **João Gabbardo e Maurício Serpa**
- 15/07 - Encontro Virtual com **Renato Meirelles**
- 22/07 - Encontro Virtual com **Roberto Rodrigues**
- 29/07 - Encontro Virtual com **Sérgio Etchegoyen**
- 05/08 - Encontro Virtual com **Hussein Kalout**
- 12/08 - Encontro Virtual com **Baleia Rossi**
- 18/08 - Encontro Virtual com **Pablo Ortellado**
- 26/08 - Encontro Virtual com **Luciana Yeung**
- 27/08 - Encontro Virtual com **Aldo Rebelo**
- 15/09 - Encontro Virtual com **Simone Tebet**

Encontros Regionais

DEBATES PRESENCIAIS
NOS ESTADOS,
MOBILIZANDO
LIDERANÇAS LOCAIS,
MILITÂNCIA E
SOCIEDADE CIVIL.



Encontro regional realizado em São Paulo em 17/05/2025.

- 24/03 - Encontro **Regional do Paraná**
- 12/05 - Seminário **Caminhos do Agro** em **Florianópolis**
- 14/05 - Seminário **Caminhos para a Inclusão** em **Porto Alegre**
- 17/05 - Encontro Regional de **São Paulo**
- 21/05 - Seminário **Caminhos dos Municípios no Brasil Real** em **Brasília**
- 22/05 - Encontro Regional do **Amapá**
- 02/06 - Encontro Regional do **Maranhão**
- 13/06 - Encontro Regional de **Alagoas**
- 20/06 - Encontro Regional do **Amazonas** (Parte 1 e Parte 2)
- 27/06 - Encontro Regional do **Ceará**
- 30/06 - Encontro Regional de **Minas Gerais (Montes Claros)**
- 04/07 - Encontro Regional de **Rondônia**
- 11/07 - Encontro Regional de **Santa Catarina**
- 22/07 - Encontro Regional de **Pernambuco**
- 31/07 - Encontro Regional de **Sergipe**
- 07/08 - Encontro Regional de **Minas Gerais (Belo Horizonte)**
- 08/08 - Encontro Regional de **Mato Grosso**
- 11/08 - Encontro Regional do **Rio de Janeiro**
- 12/08 - Encontro Regional do **Distrito Federal**
- 14/08 - Encontro Regional do **Rio de Janeiro**
- 25/08 - Encontro Regional da **Bahia**
- 12/09 - Encontro Regional do **Mato Grosso do Sul**
- 15/09 - Encontro Regional do **Rio Grande do Sul**
- 18/09 - Encontro Regional do **Acre**
- 25/09 - Encontro Regional do **Pará**

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Caminhos para o Brasil



A nossa causa

O BRASIL É DE TODOS



Escaneie o QR Code com a câmera do celular e assista o vídeo manifesto Caminhos para o Brasil.

O princípio fundamental do MDB é garantir e zelar pelo exercício pleno das instituições democráticas em todas as dimensões da vida nacional, no presente e no futuro. Contudo, para que os direitos individuais e coletivos sejam garantidos de fato, não podemos nos acostumar, relativizar ou contemporizar com a desigualdade e exclusão persistentes no Brasil, com indicadores alarmantes de violência, com o contingente de jovens sem perspectiva de futuro, que não trabalham, nem estudam.

É inaceitável que um País continental, dotado de riquezas naturais abundantes, com uma tradição histórica de convivência intercultural, ainda que marcada por desigualdades e desafios constantes, e com uma convivência pacífica com seus vizinhos, tenha crescido nas últimas quatro décadas

abaixo da média global e muito aquém de outros países emergentes. Esse é um aprisionamento inadmissível à armadilha da renda média, superada, no mesmo período, por diversas nações ao redor do mundo.

Além disso, trata-se de um País que, mesmo após ter ampliado sua carga tributária em mais de um terço, não aumentou sua capacidade de investimento, e se vê diante de riscos de insolvência, com a relação dívida/PIB em trajetória preocupante. Temos um Estado disfuncional, que conserva privilégios arraigados em sua estrutura e cujo orçamento se tornou alvo de disputa por grupos especializados na captura de recursos públicos.

Perdemos o bônus demográfico, e será necessário buscar novos vetores de prosperidade.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Caminhos para o Brasil



Mas **a capacidade de recuperação do povo brasileiro é o coração da mudança.**

Ao recuperar a confiança e a credibilidade das instituições e das lideranças para tratar das questões essenciais do País acima de diferenças ideológicas, partidárias ou setoriais, **rompe-se a inércia provocada pela polarização** e resgata-se a centralidade da agenda nacional em torno das soluções que o Brasil precisa construir.

A criação de um ambiente político mais plural, equilibrado e funcional é condição para reestruturar o Estado e fazê-lo cumprir sua missão de implementar políticas públicas efetivas e priorizar o interesse coletivo. Isso exige, também, uma relação republicana e cooperativa entre os entes federativos.

Nesse contexto, a **responsabilidade fiscal, assumida como um compromisso com a sociedade e as próximas gerações,** restaura a estabilidade do ambiente econômico, protege

a população contra a inflação e viabiliza a reorganização do setor produtivo com a retomada da confiança e dos investimentos. Por outro lado, o crescimento descontrolado da dívida pública, ainda que muitas vezes imperceptível para a maioria da população, compromete o futuro, ao limitar a capacidade de investir tanto em infraestrutura quanto nas áreas sociais, especialmente na educação.

A **retomada dos investimentos** e a redução do Custo Brasil são fundamentais para criar condições de competitividade e de prosperidade para os empreendedores em todas as regiões. Um ambiente econômico seguro, atrativo e produtivo gera bem-estar, abre oportunidades e promove a inserção no mercado de trabalho de forma consistente e sustentável.

Ao mesmo tempo, o avanço da **qualidade da educação**, com especial ênfase na educação básica e na valorização do ensino profissional e tecnológico, é decisivo para fortalecer nosso capital humano e promover o empoderamento econômico das novas gerações.

No plano internacional, **o Brasil reafirma sua vocação**

como voz da pacificação, do multilateralismo e da cooperação global. Nosso protagonismo regional e nossa integração internacional se fortalecem a partir de uma inserção inteligente na agenda ambiental — não como retórica, mas como estratégia nacional de desenvolvimento e posicionamento no mundo.

Com responsabilidade e pragmatismo, o País pode se tornar um dos principais geradores globais de soluções climáticas, ao mesmo tempo em que novas frentes de comércio se consolidam e o Brasil ganha dinamismo nas cadeias globais de valor. No entanto, todo esse processo só será possível com atenção plena às diferentes vozes e esperanças do povo brasileiro, com respeito às nossas diversidades regionais, culturais e sociais.

Nossa causa é enfrentar esse estado de coisas com propostas realistas, viáveis, racionais e justas.

O Brasil merece o futuro de uma grande nação. E nossa missão é ajudar o País a construir esse caminho.

Nosso País, nossa causa.



Eixos estruturantes do conteúdo programático

Com a aproximação do calendário eleitoral de 2026, torna-se premente explicitar o posicionamento político-programático do MDB, a partir de uma ideia de País construída em torno de valores estruturantes e referências claras, que incluem o mapeamento de áreas estratégicas, ações prioritárias e soluções fundamentadas em evidências, adequadas tanto aos desafios contemporâneos quanto à realidade concreta do nosso tempo.

Em paralelo a isso, enfrentamos um crescimento econômico lento, incapaz de conter o avanço da desigualdade social, e que contribui para o acentuado declínio da confiança nas lideranças políticas. Como consequência, forma-se, em diversos segmentos da sociedade, um sentimento crescente de urgência por um novo rumo para o País.

Neste sentido, o objetivo deste documento é reforçar a racionalidade no debate político nacional, especialmente diante das questões urgentes e multifacetadas que se impõem, sem perder de vista as oportunidades únicas e as vantagens competitivas que o Brasil apresenta em escala global.

O resultado desse esforço é um conjunto de temas centrais e prioritários, selecionados por seu elevado potencial de implementação e impacto transformador. Tais diretrizes foram consolidadas, atualizadas e aprofundadas a partir dos debates promovidos no âmbito do projeto “O Brasil Precisa Pensar o Brasil”, em articulação com um processo de escuta ativa e contribuições vindas de todas as regiões do País.

Dessa forma, este documento apresenta uma síntese propositiva do Brasil de agora, estruturada em torno de propostas concretas, organizadas em três grandes eixos:

1

Consolidação da democracia

Ao rejeitar uma política de divisão e de extremos ideológicos, o MDB promove a valorização da cultura democrática, baseada na civilidade e no respeito, tanto no discurso político quanto em ações de governo. Essa postura se traduz no incentivo à cooperação e no compromisso legislativo com a busca de pontos de convergência, capazes de gerar soluções pragmáticas para os desafios nacionais. O MDB acredita firmemente que a construção de pontes entre diferentes grupos não apenas qualifica o debate público, mas também amplia as possibilidades de formulação de políticas públicas duradouras. Desse modo, promove-se uma agenda econômica e social mais legítima e representativa, capaz de refletir e defender as diversas perspectivas que compõem a sociedade brasileira.

Essa defesa da institucionalidade democrática tem raízes na própria história do partido, que, desde sua origem, foi protagonista na redemocratização do Brasil e na consolidação de um modelo político baseado na valorização do voto, na pluralidade de ideias e na alternância de poder. O MDB continua acreditando que a democracia não se sustenta apenas em eleições regulares, mas também na capacidade de manter o diálogo, ouvir a sociedade, respeitar as diferenças e buscar soluções que unam, em vez de dividir. Em tempos de radicalização e impasses, reafirmamos o valor do centro democrático como espaço de equilíbrio, escuta ativa e compromisso com o futuro do País.

2

Retomada do desenvolvimento

A estabilidade econômica é condição indispensável para um ciclo sustentável de crescimento que traga mais oportunidades aos brasileiros, em todas as regiões do País. Para isso, são necessárias políticas públicas que promovam o equilíbrio entre expansão da capacidade de produção, sustentabilidade ambiental, ciência, tecnologia, agropecuária, indústria e serviços, a partir de um ambiente institucional que favoreça a confiança empresarial, o investimento produtivo e a geração de empregos. Esse equilíbrio será determinante em múltiplas frentes, seja na abordagem de reformas estruturais com impacto econômico direto, seja no enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas.

Nesse campo, destacam-se ações como o avanço de tecnologias de energia limpa, a criação de marcos regulatórios para a redução das emissões

de carbono, e a promoção de esforços de conservação da biodiversidade, especialmente na Região Amazônica, cuja relevância estratégica é nacional e global.

Além disso, políticas fiscais justas e eficientes são essenciais para manter o delicado equilíbrio entre os gastos públicos e a geração de receita. Para isso, é preciso adotar uma postura de responsabilidade e planejamento, com prudência na gestão orçamentária, reformas estruturais e administrativas bem direcionadas e esforços consistentes para reduzir os déficits públicos, sempre com o cuidado de não comprometer serviços essenciais, nem transferir o peso da crise para as gerações futuras. Esses princípios constituem a base de um governo que entende a responsabilidade fiscal como instrumento de justiça

intergeracional e estabilidade econômica.

No campo das relações exteriores, a prioridade está na diplomacia e na cooperação estratégica. A atuação internacional do Brasil deve ser pautada por princípios, com atenção aos desafios regionais e globais, promovendo os interesses nacionais em consonância com a estabilidade internacional. Isso inclui o respeito aos direitos humanos, aos valores democráticos e à ordem multilateral, por meio do engajamento diplomático ativo, da construção de alianças estratégicas e da promoção de

uma cooperação construtiva entre as nações.

Nesse sentido, o Brasil deve posicionar-se em defesa de uma integração soberana e inteligente nas cadeias globais de produção. Nossa política de comércio exterior deve sinalizar com clareza que sua resposta ao protecionismo e ao retrocesso tarifário internacional é mais integração, e não mais fechamento. Integrar-se mais e melhor ao mundo é condição para o crescimento sustentável, a diversificação econômica e o fortalecimento da competitividade.

3

Redução das desigualdades

A superação das desigualdades no Brasil exige uma abordagem integrada, que promova a inclusão produtiva, incentive o trabalho e o emprego, e fortaleça uma rede de proteção social voltada ao bem-estar dos cidadãos mais vulneráveis. Essa

estratégia deve manter como princípio o foco na qualidade do investimento público social, sem perder de vista a construção de alternativas reais de autonomia para aqueles que hoje dependem de programas de auxílio governamental. Reduzir

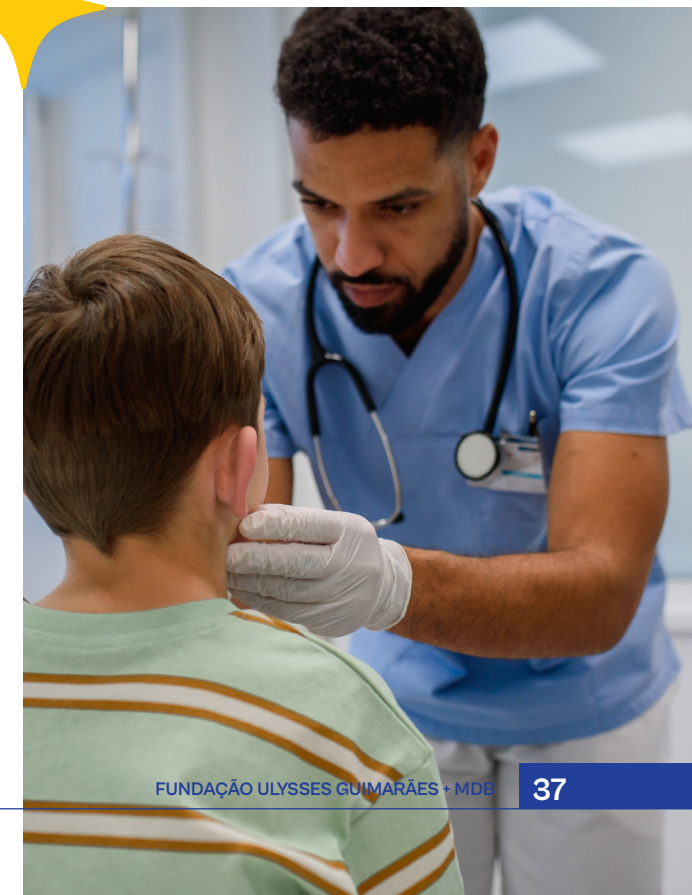
desigualdades significa, ao mesmo tempo, proteger e emancipar.

Ao lado disso, o reconhecimento da educação como um dos pilares do progresso socioeconômico precisa traduzir-se em reformas abrangentes e estruturantes. É necessário elevar os resultados educacionais para todos, com ações que envolvam desde a melhoria do financiamento da educação básica até a ampliação do ensino integral. Isso passa também por melhorias na formação e políticas de valorização de professores, bem como na implementação de mecanismos de avaliação e incentivo que visem à melhoria contínua da qualidade educacional em todo o País.

No campo da saúde pública, o objetivo central é ampliar o acesso a serviços de qualidade, por meio de melhor gestão dos custos e da elevação da eficiência do sistema. Isso inclui o fortalecimento da atenção primária, a ampliação de práticas de prevenção, o combate aos desperdícios e a melhoria nos fluxos de atendimento, com foco na experiência do paciente e

nos resultados em saúde. Um sistema mais eficiente é um sistema mais justo.

Na área da segurança pública, é fundamental articular justiça, eficiência e respeito aos direitos humanos, construindo um ambiente em que a proteção da população se dê com base em inteligência, integração e profissionalismo. Uma maior sinergia entre os diferentes órgãos e forças de segurança, aliada à integração de informações e à adaptabilidade do aparato estatal, permitirá respostas mais rápidas, coordenadas e eficazes. Segurança de qualidade é, também, um instrumento de equidade.



As causas mobilizadoras

As causas mobilizadoras representam temas estruturantes com elevado potencial de impacto positivo e transformação da realidade. Elas delineiam as linhas de mudança necessárias para modernizar o Brasil, funcionando como plataforma de ação política e visão de futuro, aberta, democrática e comprometida com o necessário apontamento de prioridades. São, ao mesmo tempo, ponto de partida e destino de uma trajetória que busca evolução social, desenvolvimento sustentável e fortalecimento das instituições.

Essas causas constituem uma agenda de atualização urgente, voltada para preparar o Brasil para os desafios do presente e para as exigências das próximas décadas. Enfrentam, de maneira integrada, tanto as questões internas quanto os desafios impostos por um mundo cada vez mais interdependente, no qual a capacidade de projetar oportunidades, reduzir vulnerabilidades e liderar transformações será determinante.

Ao mobilizar sociedade, governo e instituições em torno de compromissos comuns, essas causas geram um efeito catalisador: articulam políticas públicas, posicionamentos estratégicos e decisões orçamentárias em favor de uma direção consistente e propositiva para o País.

Este documento procura destacar ideias, propostas e iniciativas em uma sequência de políticas públicas ordenadas, segundo os três eixos estruturantes e a lógica de que um governo democrático, funcional e responsável fortalece, capacita e empodera os brasileiros em direção ao progresso econômico e desenvolvimento sustentável do País.



Consolidação da Democracia

CAUSAS MOBILIZADORAS RELACIONADAS A AVANÇOS NA QUALIDADE DA GOVERNANÇA, REPRESENTAÇÃO E GESTÃO DO BRASIL.

Eixo estruturante com maior impacto positivo

1 – Consolidação da democracia

2 – Retomada do desenvolvimento

3 – Redução das desigualdades

1. Segurança institucional com profundo respeito aos preceitos constitucionais, para possibilitar investimentos de longo prazo e fortalecer a confiança nas instituições brasileiras

É essencial ampliar a segurança institucional e jurídica para que o Brasil avance rumo a um novo patamar de credibilidade, condição indispensável para atrair investimentos de longo prazo, reduzir o risco-país e simplificar as regras que regem o funcionamento do Estado.

Entre os fundamentos dessa estabilidade, estão: o respeito aos contratos, a autoridade das agências reguladoras, e a observância dos limites e da harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A previsibilidade nas relações contratuais é decisiva para a viabilidade de grandes investimentos em infraestrutura, serviços e inovação, com reflexos diretos sobre a economia e a tomada de decisões estratégicas.

Por outro lado, a insegurança institucional gera custos elevados: desestimula investidores nacionais e internacionais, eleva o *spread* bancário, encarece a taxa de juros, atrasa obras, bloqueia parcerias e compromete o

crescimento. Por isso, é preciso basear-se mais fortemente na convicção de que os Poderes possam cada vez mais pensar, conciliar e atuar com uma visão permanente de Estado, no médio e no longo prazo.

Esse avanço depende, sobretudo, de uma mudança de postura das lideranças políticas. É necessário cultivar uma visão de médio e longo prazo, priorizando o diálogo, o respeito às competências constitucionais e a elaboração de políticas públicas dentro do marco legal já vigente. Cabe aos Três Poderes, em especial ao Executivo e ao Legislativo, protagonizarem um esforço comum para solucionar controvérsias de forma democrática e transparente, reduzindo a sobrecarga desnecessária ao Judiciário e fortalecendo a confiança no sistema republicano.

Isso exige preservar e fortalecer garantias institucionais de órgãos como o Banco Central e as agências reguladoras, assim como manter canais de diálogo permanentes entre as instituições, respeitando os limites da Constituição e promovendo a harmonia entre os Poderes — não como retórica, mas como prática cotidiana da democracia.

2. Inserção estratégica do Brasil no novo contexto internacional, com a responsabilidade da defesa da nação brasileira

O contexto internacional tem passado por mudanças significativas nos últimos anos, e a tendência é que continue em transformação acelerada. Nesse cenário, os tomadores de decisão no Brasil precisam estar atentos às dinâmicas globais para que a atuação do País se dê com visão estratégica e de Estado, livre de motivações ideológicas imediatistas ou de interesses políticos dissociados do interesse nacional.

Historicamente reconhecido como defensor da paz, dos direitos humanos e da democracia, o Brasil deve reposicionar-se estrategicamente nesse novo arranjo internacional. O País tem papel crescente em temas estruturantes como Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas, Transição Energética e Minerais Críticos. Temáticas como Meio Ambiente e Tecnologia, aliás, despontam como fatores centrais de competitividade, liderança e influência nas próximas décadas. A qualidade da governança (interna e externa) nesses dois campos será decisiva

para ampliar a capacidade de inserção do Brasil na disputa tecnoeconômica global.

A ordem mundial está sendo redesenhada diante da emergência de novos polos de poder, notadamente com a ascensão da China como potência econômica e a forma como os Estados Unidos responderão a essa expansão comercial. Para o Brasil, ambos os países são estratégicos: a China é nosso maior parceiro comercial desde 2009, enquanto os EUA concentram o maior volume de investimentos produtivos no País.

Enquanto se discute se vivemos uma ordem multipolar ou bipolar, o Brasil, alinhado à tradição diplomática construída ao longo das últimas décadas pelo Itamaraty, segue fortalecendo suas relações com EUA, China (com a qual mantém a COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação), União Europeia, países asiáticos e africanos, mantendo posição de equilíbrio e não polarização. No plano regional, cabe ao Brasil exercer uma liderança política e econômica na América do Sul, articulando sua expansão comercial com a estabilidade política e social do continente.

Essa liderança também deve envolver temas como Segurança, Meio Ambiente e competitividade produtiva, especialmente frente à crescente atuação do México e de países asiáticos. Nosso protagonismo regional deve ser exercido com base em uma política externa proporcional à capacidade de influência e poder do Brasil. Isso inclui a legítima continuidade na postulação por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e a adesão à OCDE, passo estratégico para ampliar investimentos, redesenhar padrões regulatórios e aumentar o protagonismo brasileiro nos fóruns econômicos globais.

Para que a política externa brasileira continue pautada por seus princípios seculares, como multilateralismo, cooperação e defesa da paz, mas também incorpore uma agenda mais complexa e estratégica, é fundamental que o Brasil atue com equilíbrio e responsabilidade, afastando-se de arroubos ideológicos e priorizando posicionamentos de médio e longo prazo.

O protagonismo brasileiro nos organismos multilaterais dependerá de sua capacidade de formular proposições e financiar iniciativas. Isso inclui reconhecer prioridades como:

- **A Amazônia**, com sua biodiversidade, papel climático e relevância nacional e global, deve ser tratada como prioridade estratégica permanente para o desenvolvimento sustentável do Brasil.
- **A negociação e exploração de minerais estratégicos**, como os minerais raros, devem estar ancoradas em critérios de sustentabilidade ambiental e geração de valor agregado no território nacional.
- **O acordo comercial entre Mercosul e União Europeia**, de inegável relevância estratégica, deve ser objeto de ampla discussão pública e análise criteriosa por parte do setor produtivo.

Atualmente, a Ásia está consolidada como principal parceira comercial do Brasil, respondendo por mais da metade das transações internacionais do País. Por isso, buscar integração logística com o Pacífico deve ser prioridade estratégica. Ao mesmo tempo, investimentos em infraestrutura são essenciais

para aumentar a competitividade brasileira e garantir conexão eficaz com os grandes mercados globais, como Américas, Ásia e Europa — inclusive por meio do Mercosul.

A política externa não deve ser monopólio da diplomacia: é também responsabilidade do Legislativo e se entrelaça com temas como Cultura, Segurança Global, Defesa, Cooperação Militar e Tecnologia. Nesse sentido, a relação com os BRICS já evidencia uma necessidade de calibrar cuidadosamente a inserção brasileira no cenário internacional. Ao contrário da União Europeia ou do Mercosul, os BRICS não formam uma zona aduaneira ou união monetária. A participação do Brasil nesse bloco deve, portanto, respeitar os limites do interesse nacional e considerar suas implicações comerciais, políticas e diplomáticas com países dentro e fora da aliança.

Defesa e promoção da paz, com preparação e desenvolvimento de capacidades

As Forças Armadas brasileiras são instituições de Estado que têm mantido, desde a redemocratização, uma trajetória de respeito à Constituição, de profissionalismo e de dedicação ao cumprimento de suas atribuições legais, sem interferência na política partidária. Tal postura fortalece a credibilidade das instituições militares perante a sociedade e contribui para a consolidação da democracia no País.

O objetivo central da política de defesa nacional deve ser a promoção da paz, assegurada por uma postura de dissuasão baseada na capacidade real de proteger a soberania nacional, o patrimônio estratégico e os interesses do Estado brasileiro. O Brasil atua regional e globalmente como agente pacificador, e deve continuar a investir em sua capacidade de defesa para exercer esse papel com credibilidade.

Nos últimos anos, houve importantes avanços na institucionalização do setor, por meio da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, instrumentos que sistematizam diretrizes e ações válidas até 2028, e que permitem a formulação de políticas públicas alinhadas com os princípios democráticos e a inserção internacional do País.

O fortalecimento da indústria nacional de defesa é estratégico e deve ser compreendido como vetor de desenvolvimento tecnológico, soberania produtiva e geração de empregos qualificados. O domínio completo do ciclo de desenvolvimento e fabricação de produtos de defesa assegura maior autonomia e reduz dependências externas em setores sensíveis.

A posição geopolítica do Brasil impõe responsabilidades continentais, especialmente na América do Sul e no Atlântico Sul, onde o País exerce papel de liderança natural pela dimensão territorial, peso econômico e capacidade militar. É fundamental que a política de defesa se articule com a política externa e com os esforços de cooperação regional, contribuindo para a estabilidade e a paz no entorno estratégico do Brasil.

Além disso, a defesa nacional e a segurança pública devem operar de maneira coordenada, mas com distinção clara de suas atribuições. As Forças Armadas não devem ser confundidas com forças de segurança pública. No entanto, a integração de esforços pode ser fundamental em regiões sensíveis, como as áreas de fronteira e a Amazônia, onde

o Estado brasileiro precisa garantir presença efetiva, soberania e resposta a ameaças transnacionais.



3. Resgate funcional do Estado brasileiro, modernização da estrutura pública e foco no serviço ao cidadão

O Estado brasileiro precisa se reorganizar a partir de um novo princípio: o cidadão como razão de ser da estrutura pública. Todo órgão, serviço ou representação governamental deve se orientar pelo direito do cidadão a um atendimento eficiente, respeitoso e resolutivo. Essa lógica inverte a cultura burocrática tradicional e coloca a prestação de serviço como eixo estruturante da administração pública.

A crescente descrença da população nas instituições públicas e, por consequência, na democracia está diretamente relacionada à experiência de frustração cotidiana com o Estado. Reverter esse cenário exige uma reforma funcional: o Estado precisa reconquistar sua legitimidade por meio da entrega de serviços de qualidade, em linguagem acessível, próximos à realidade da população, em todas as regiões do País.

A digitalização tem sido fator de melhoria da experiência de atendimento ao cidadão em todo o Brasil. Inovar, nesse

contexto, significa garantir ao cidadão mais agilidade, transparência e o incremento de qualidade através do direito de avaliação e de retorno em relação a todo e qualquer serviço; à administração pública cabe implementar a análise de resultados como meio de revisão e melhoria do serviço prestado, em todos os níveis e regiões do País.

A inovação no setor público deve ser sistêmica, permanente e enraizada em princípios de qualidade, transparência e usabilidade. Isso possibilita reduzir custos, encurtar prazos, aumentar a produtividade e garantir resposta efetiva ao cidadão. Além disso, o Estado, como grande contratante, pode usar seu poder de compra para fomentar soluções tecnológicas nacionais, por meio de editais transparentes e direcionados à melhoria da relação governo-sociedade.

O aperfeiçoamento do modelo de governança das empresas estatais também é fundamental. Muitas acumulam déficits operacionais relevantes e carecem de metas claras, métricas de desempenho e de planejamento estratégico efetivamente implementado. A criação de uma Central de



Governança das Estatais, em articulação com os respectivos Conselhos de Administração, tende a proporcionar maior eficiência, controle e transparência.

No campo da gestão de pessoas, é urgente reafirmar os princípios do mérito, da transparência e da produtividade no serviço público. Isso inclui a valorização de servidores comprometidos com resultados, o aprimoramento da formação contínua e a

construção de trilhas de desenvolvimento profissional alinhadas às necessidades do Estado moderno.

Essa mudança exige coragem institucional e responsabilidade democrática, e passa por uma Reforma Administrativa responsável, que respeite direitos adquiridos e preserve o papel do Estado, mas que o torne mais ágil, acessível e eficaz. Uma governança mais eficiente significa um Estado que funcione melhor para todos.

4. Compromisso com a priorização de execução do orçamento e o reequilíbrio financeiro da administração pública, envolvendo estados e municípios

Os índices de déficit público enfrentados pelo Brasil nos últimos anos tornam indispensável a identificação de medidas que possibilitem a reorganização das contas públicas a partir de prioridades bem definidas. Isso requer auditoria, gestão eficaz e revisão de processos nas despesas governamentais, previdenciárias e de benefícios.

O Brasil não pode negligenciar a disciplina na contenção dos gastos públicos, devendo buscar constantemente mecanismos que protejam a população contra a inflação e os efeitos colaterais do descontrole fiscal, como o aumento do déficit, da dívida pública e do custo com seu serviço.

A recuperação da capacidade de solvência e liquidez do Estado brasileiro depende de um compromisso firme com a boa governança e o equilíbrio fiscal. Esse esforço deve ser compartilhado entre União, estados e municípios, permitindo que os entes

federativos retomem sua capacidade de investimento e induzam o desenvolvimento.

Medidas como o alongamento dos prazos das dívidas municipais promovido pela Proposta de Emenda à Constituição 66/2023, por exemplo, tendem a ampliar significativamente a capacidade de investimento dos municípios, especialmente em áreas estratégicas como saneamento básico e adaptação às mudanças climáticas. Essa ação também contribui para reduzir a pressão sobre programas federais e fortalecer a autonomia local. Contudo, é fundamental que tais medidas estejam inseridas em um contexto de reorganização das contas públicas, com foco em prioridades claramente estabelecidas.

Nesse sentido, o equilíbrio fiscal é a base para a redução de custos de transação e a retomada sustentável do crescimento econômico. Esse princípio de austeridade deve ser acompanhado da busca por novos modelos de gestão orçamentária, como a adoção de matrizes temáticas obrigatórias no Orçamento e no Plano Plurianual (PPA), especialmente para áreas estratégicas como educação,

pesquisa, infraestrutura e outras funções de Estado que exigem vinculações orçamentárias de longo prazo.

Com base nessas matrizes, torna-se possível ordenar a execução das emendas parlamentares, de modo que apenas as iniciativas previamente contempladas em leis orçamentárias e alinhadas a essas matrizes sejam efetivamente executadas. Trata-se de um avanço substancial na gestão pública, promovendo maior eficiência, foco e racionalidade no uso dos recursos públicos.

Além disso, esse modelo de atuação aproxima o Estado brasileiro de sua

finalidade essencial: garantir serviços de qualidade e fomentar o desenvolvimento. A austeridade fiscal e o compromisso com o equilíbrio financeiro devem servir como fundamentos para evitar a dispersão de recursos em projetos de baixo impacto, priorizando iniciativas estruturantes e com potencial de gerar autonomia econômica e oportunidades reais para os brasileiros.

O compromisso com a responsabilidade fiscal, o controle de gastos e a reestruturação financeira do setor público é, portanto, um dos pilares centrais para a construção de novos caminhos para o Brasil.



5. Promoção da preservação da identidade do patrimônio histórico e cultural brasileiro

O entendimento de que os movimentos voltados à modernização e à globalização devem caminhar conjuntamente com iniciativas de preservação e promoção da identidade e do patrimônio histórico-cultural brasileiro é essencial para fortalecer a vitalidade, a criatividade e o desenvolvimento sustentável do País.

Ampliar a consciência histórica e cultural exige o fortalecimento do diálogo entre diferentes grupos étnicos e gerações. Nesse sentido, a Educação desempenha um papel fundamental, em sinergia com a área da Cultura, por meio de investimentos em manifestações artístico-culturais e da valorização das identidades nacionais e locais.

É preciso, ainda, considerar as interações contemporâneas e os impactos das plataformas digitais e redes sociais nesse processo, o que requer uma intensa programação escolar voltada à valorização da cultura brasileira, contemplando tanto os legados históricos quanto as expressões culturais emergentes.

A promoção de nossa cultura, história e identidade, nesse contexto, constitui um instrumento de revisitação crítica do Brasil, de despolarização cultural e de afirmação de uma visão múltipla e diversa da sociedade brasileira. As artes, ao longo da história, sempre desempenharam papel relevante no aprofundamento e na consolidação dos valores democráticos no Brasil.



Retomada do Desenvolvimento

CAUSAS MOBILIZADORAS PARA A DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA E CRIAÇÃO DE MAIS OPORTUNIDADES E TRABALHO PARA TODOS OS BRASILEIROS.

Eixo estruturante com maior impacto positivo

1 – Retomada do desenvolvimento

2 – Redução das desigualdades

3 – Consolidação da democracia



6. Responsabilidade fiscal como núcleo de um ambiente macroeconômico favorável, com inflação baixa, confiança de investidores e crescimento sustentado da economia

Prosperidade econômica e desenvolvimento constituem responsabilidades públicas prioritárias, especialmente diante da estagnação prolongada que mantém o Brasil na condição de País de renda média, com crescimento aquém de seus pares globais.

Por isso, é dever inarredável do Estado brasileiro garantir um ambiente propício ao investimento e ao desempenho das atividades econômicas, assegurando estabilidade, prosperidade e relativa tranquilidade no cotidiano das famílias.

Essa condição se consolida por meio de uma gestão macroeconômica responsável, alicerçada em princípios reconhecidos pelo mercado e pela comunidade econômica nacional e internacional. A condução da política macroeconômica está diretamente conectada ao posicionamento político da liderança nacional e à sua postura nas relações internacionais.

No plano interno, essa política deve se sustentar sobre cinco pilares indispensáveis e interdependentes, aos quais se soma um fator externo determinante.

FATORES INTERNOS

- (a) **A responsabilidade fiscal e o cumprimento de metas fiscais**, que geram o urgente equilíbrio fiscal e a contenção da dívida pública.
- (b) **O controle inflacionário**, a partir de política monetária e fiscal responsável e estrito cumprimento das metas de inflação.
- (c) **O câmbio livre e flutuante**, com reservas financeiras e um comércio exterior com superávit e em expansão.
- (d) **A elevação do nível de poupança pública e investimento da economia (Formação Bruta de Capital Fixo)**, que permita taxas de crescimento econômico sustentadas.
- (e) **O ganho permanente de produtividade**, com estímulo aos setores mais dinâmicos e eficientes e ao novo empreendedorismo que surge em todo o Brasil; avanços na produtividade do trabalho em razão de melhora na qualidade da educação e adoção de tecnologia e inovação.

FATOR EXTERNO:

- (f) **A credibilidade externa, reflexo da credibilidade interna**, mas também de uma atuação coerente e consistente no plano global e internacional, ligada a uma maior proximidade com os melhores interesses comerciais e econômicos e uma presença efetiva nos foros globais.

Os fatores (d), (e) e (f) dependem fortemente da confiança gerada pelo sucesso no cumprimento dos demais. Ainda assim, são fundamentais, pois é a partir deles que se estrutura um ambiente propício à atração de investimentos, algo que só se concretiza quando há um clima geral de confiança no País.

Esse ambiente de confiança se torna mais tangível quando o Brasil sinaliza compromissos sólidos, como o objetivo estratégico de retomar a classificação como país detentor de “grau de investimento” por parte das agências internacionais de classificação de risco de crédito.

A retomada de um ambiente de confiança macroeconômica é o fundamento para a redução dos custos de transação da economia, queda das taxas de juros e possibilidade de se obter maior financiamento a longo prazo. A partir de um grande esforço inicial, o ciclo se retroalimenta, gerando condições para um ciclo de crescimento econômico sustentado, que garante mais oportunidades aos brasileiros, em todo o território nacional.



Acessibilidade e redução do custo do crédito: condição essencial para quem empreende

O barateamento e a ampliação do acesso ao crédito constituem uma das principais chaves para o destravamento da economia, permitindo a inserção de milhões de brasileiros no mercado de trabalho — seja via CLT, seja por meio do Simples Nacional ou do MEI (Microempreendedor Individual). Esse movimento geraria um ganho de produtividade geral na economia, com impactos positivos tanto na capacitação do trabalhador e do produtor, quanto na melhoria do ambiente de negócios — com a redução do custo sistêmico associado às atividades econômicas, o chamado “Custo Brasil” — e no avanço da infraestrutura.

O Banco Central e o BNDES têm papel protagonista nesse processo. O BACEN, exercendo sua autonomia com os melhores quadros técnicos disponíveis, é responsável por manter o equilíbrio monetário, assegurar a integridade do sistema financeiro e cumprir o regime de metas de inflação.

A redução da taxa básica de juros (SELIC) será

viabilizada pela melhoria dos fundamentos das contas públicas, pelo equilíbrio previdenciário-contributivo, pelos efeitos positivos e graduais da reforma tributária e pelas sinalizações consistentes de reformas na estrutura financeira e orçamentária do Estado brasileiro.

A disponibilidade de crédito, associada ao destravamento da economia, depende também do nível de confiança dos investidores e do mercado financeiro no futuro do País, o que requer a recuperação da credibilidade das instituições, inclusive das agências reguladoras. Essas condições são determinantes para impulsionar os grandes projetos de infraestrutura, também necessários à elevação da produtividade nacional.

O BNDES, como líder de uma rede nacional de fomento, deve ampliar o uso de fundos de aval para democratizar o crédito a novos setores da economia, como os segmentos urbanos, de serviços e turismo, além de atuar, em conjunto com as agências reguladoras, no apoio aos grandes projetos de Parcerias Público-Privadas em infraestrutura. Esse

apoio é essencial para garantir a segurança jurídica e econômica dos investimentos e estimular a formação bruta de capital fixo, fatores fundamentais para o fortalecimento da economia brasileira.



Implantação efetiva da reforma tributária reduz os custos de transação e os custos de quem empreende e aumenta a produtividade

A aprovação da Reforma Tributária em 2023, por meio da Proposta de Emenda Constitucional 45 (PEC 45), posteriormente convertida na Emenda Constitucional 132, estabelece a aplicação gradual de novos regramentos tributários na economia brasileira entre os anos de 2026 e 2033. No entanto, a regulamentação e os

desdobramentos previstos no Projeto de Lei Complementar 214/2025 exigem uma força-tarefa específica, pautada em indicadores econômicos e aferição contínua de resultados.

É fundamental que as novas regras sejam implementadas com celeridade, sobretudo nos setores mais preparados para a transição, de modo que os benefícios da reforma impulsionem a produtividade e contribuam de maneira imediata para a prosperidade econômica.

Responsabilidade nas finanças públicas, retomada de superávits primários e garantia do fundamento fiscal

O mais forte fundamento da retomada da confiança na economia, capaz de reduzir os custos de transação e os juros, além de permitir o controle inflacionário, encontra-se no cerne do próprio Estado brasileiro: a prática da responsabilidade fiscal, com a gradual redução do déficit e a retomada de superávits primários, a partir do reequilíbrio das contas públicas. Esse processo é reflexo de mudanças institucionais e estruturais, bem como de um governo comprometido com a austeridade. Dentre as evoluções institucionais, um arcabouço legal das finanças públicas mais moderno, simples e transparente.

A redução da dívida pública e do custo de sua rolagem

constitui um dos fundamentos centrais de toda a recuperação econômica. A partir do momento em que se reduz o déficit e o serviço da dívida, combinado a um controle mais rígido das despesas públicas, é possível mitigar o processo de extração fiscal, caracterizado pelo estrangulamento do setor privado em decorrência do crescimento das despesas estatais em ritmo superior ao do PIB, gerando elevação dos custos para financiar essa diferença.

Para que isso se concretize, é indispensável aprofundar a compreensão das transformações institucionais e estruturais ocorridas no âmbito do Estado, sobretudo daquelas que impactam diretamente as contas públicas, temas que têm sido objeto da causa mobilizadora voltada ao reequilíbrio financeiro do Estado brasileiro.



Esses aspectos, de natureza fiscal, partem de cinco pontos centrais:

- O aspecto fiscal-tributário, relacionado à arrecadação e à implementação efetiva da Reforma Tributária.
- O controle das despesas públicas, abrangendo União, estados e municípios, com especial atenção à despesa de pessoal.
- Mudanças, modernização e adaptação no modelo previdenciário.
- A gestão do orçamento público e a responsabilidade orçamentária.
- A reforma estrutural e funcional do Estado brasileiro, reduzindo a despesa pública e ampliando a oferta de serviços, com maior eficiência.

7. Segurança alimentar como estratégia de posicionamento e liderança global sustentável - trabalho, desenvolvimento regional, produtividade e presença do Brasil na economia global

Uma agropecuária e agroindústria com responsabilidade ambiental e social é o caminho para que o Brasil consolide uma liderança econômica global com sustentabilidade nas próximas cinco décadas. O primeiro passo, a descarbonização da economia, deve ser acompanhado de um amplo arcabouço institucional que viabilize uma economia verde mais competitiva em nível global, alicerçada em esforços de planejamento, diplomacia, organização setorial, engajamento sustentável, diálogo e comunicação estratégica no cenário internacional.

A atividade agropecuária e agroindustrial constitui hoje um eixo múltiplo, geográfico, econômico, social e cultural, que representa 29,5% da economia brasileira (CNA/ Esalq, 2025). Trata-se da principal atividade econômica em boa parte do território nacional e é responsável por

49% das exportações do País: somente em 2024, o Brasil exportou US\$ 167 bilhões em produtos agrícolas e agropecuários.

Cabe ressaltar que a segurança alimentar é uma pauta global, e nenhum país está tão bem posicionado quanto o Brasil para exercer uma liderança combinada nas áreas ambiental, agroalimentar e energética, atualmente e nas próximas décadas. As condições geográficas e competitivas brasileiras são decisivas, e é fundamental consolidar a sustentabilidade ao longo de todo o ciclo produtivo.

Nos últimos 35 anos, a área plantada com grãos cresceu 115%, enquanto a produção aumentou 473%, resultado direto da incorporação de tecnologia. O Brasil é o único país do mundo capaz de colher duas ou até três safras por ano. Sem o ganho de produtividade, seriam necessários mais 123 milhões de hectares para atingir o atual nível de produção, o que evidencia o papel da tecnologia na preservação de áreas.

O avanço na produção de proteína animal também revela dados significativos: houve crescimento de 115% na carne bovina nas últimas três décadas e meia, com redução de 20% na área de pastagem. A produção de suínos cresceu 340% e a de aves, especialmente frango, 530%, demonstrando a força do agronegócio brasileiro tanto no mercado interno quanto no externo.

O Brasil tem potencial para aumentar suas exportações em 40% na próxima década, contribuindo de maneira decisiva para a segurança alimentar global. Essa é uma oportunidade histórica de liderar o combate à insegurança alimentar mundial, promover a transição energética, proteger o clima e gerar emprego e desenvolvimento em diferentes regiões do País.

Para que essa liderança se concretize, inclusive com a exportação de conhecimento e serviços agrícolas voltados às regiões tropicais do planeta, é essencial garantir as condições e a governança de uma estratégia

articulada e coerente, baseada em permanente evolução institucional e de infraestrutura, e na mitigação de vulnerabilidades, como as destacadas a seguir.

No sentido da articulação setorial local e regional, distribuição, financiamento, capacitação em gestão e extensão, especialmente no apoio ao médio e pequeno produtor, o cooperativismo brasileiro exerce um papel decisivo e multidimensional que precisa ser ampliado e modernizado, inclusive preparando-se e integrando-se à internacionalização.



Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Melhor sistema de financiamento para logística e infraestrutura, com segurança jurídica para investimentos

- Capacidade de armazenamento**
 Criação de sistema de financiamento mais acessível e em melhores condições para construção e operação de infraestrutura e armazenamento da produção e silagem vinculada à logística da produção. Sem capacidade de retenção da produção, o produto brasileiro torna-se vulnerável em termos de preço. Enquanto EUA e Europa têm capacidade de armazenar até 200% de sua produção, o Brasil ainda hoje não chega a 25% de sua safra armazenável.
- Logística**
 Ampliação das condições logísticas, com o sistema brasileiro de “Ferrovias Verdes”, nos eixos Centro-Oeste e Oeste-Sul; integração logística com os oceanos Atlântico e Pacífico em condições competitivas; avanço no marco regulatório, financiamento e segurança jurídica para garantir os investimentos em prazo factível, ampliação significativa de malha ferroviária e equipamentos até 2030; integração com portos e rodovias.
- Comunicação**
 Melhoria das condições de financiamento e acesso para as comunicações integradas nas grandes regiões de produção e serviços; com aprimoramento da conectividade nas propriedades e viabilização de operação integrada em tempo real, criando uma infraestrutura de comunicação compatível com os requisitos tecnológicos da produção agropecuária e agroindustrial moderna.
- Segurança Jurídica**
 Avanço em marcos de infraestrutura, considerando padrões internacionais que permitam melhores sistemas de investimentos e securitização de operações, incluindo com suporte financeiro e de financiamento, para garantia de investimento nos projetos de infraestrutura de longo prazo.

Estratégia coordenada em acordos comerciais

- Os acordos comerciais devem ser mais acessíveis aos agentes econômicos, à imprensa e à população em geral. A discussão, o monitoramento e o acompanhamento desses acordos precisam alcançar uma parcela maior da sociedade, com a criação de painéis permanentes de transparência e participação.
- O Acordo Mercosul-União Europeia, atualmente em processo de finalização, representa uma oportunidade estratégica de acesso a um mercado robusto e diversificado. Já a China se consolida como um dos principais mercados consumidores do mundo, e os acordos comerciais com o País devem ser aprimorados de forma contínua, garantindo ganhos para toda a cadeia produtiva.
- Países da Ásia e do Golfo são prioridade para uma ampliação consistente dos mercados brasileiros, favorecendo novos fluxos comerciais. Também é estratégica a ampliação de mercados específicos, como os países do bloco EFTA - Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein - que representam espaços relevantes para a diversificação da pauta exportadora.



Política de garantia de renda e seguro agrícola

- Garantia, por parte das seguradoras, de uma parcela cada vez maior da safra e da produção brasileiras, especialmente no que se refere à proteção contra eventos climáticos extremos, os quais têm se intensificado nos últimos anos.
- Ampliação do seguro agrícola em larga escala, para proporcionar melhorias na gestão e no desempenho produtivo das propriedades, pois envolve ações planejadas de manejo, sustentabilidade e controle de riscos, contribuindo para maior profissionalização da atividade rural.
- Promoção da reformulação e ampliação do PROAGRO, com maior sensibilidade às realidades específicas de cada propriedade rural, além de melhorias na transparência e na comunicação dos processos, fortalecendo a confiança dos produtores e ampliando sua adesão ao programa.

Financiamento para pesquisa e aprimoramento da governança do sistema

- Criação de uma nova instituição ou o aprimoramento do arranjo institucional atual, articulando-se o BNDES, a FINEP e outros atores estratégicos, para garantir financiamento contínuo e estruturado à pesquisa agrícola e agropecuária, tanto no âmbito da Embrapa quanto de outras organizações públicas e privadas.
- Fortalecimento da Embrapa, com recursos específicos e previsíveis, voltados à pesquisa e ao desenvolvimento, além da criação de um fundo de retrofinanciamento baseado na remuneração por royalties e propriedade intelectual das tecnologias geradas.
- O posicionamento internacional do Brasil como liderança agroambiental exige atenção contínua ao controle sanitário e à sustentabilidade das cadeias produtivas. Para isso, é preciso monitorar, promover e apoiar institucionalmente essas agendas, assegurando o enfrentamento qualificado de barreiras não tarifárias, o controle efetivo de pragas, e a redução da instabilidade da produção agropecuária.
- A governança do sistema, de forma não estanque, deve assegurar todas as dimensões – competitividade, recursos humanos, infraestrutura, desenvolvimento regional –, além da representação interna e externa do produto brasileiro, ou seja, ações de marketing internacional para a marca Brasil nos produtos que geram segurança alimentar.

Recursos humanos e qualificação profissional

- Intensificação das ações de preparação para a gestão e sucessão familiar em propriedades rurais em todo o País, promovendo a continuidade produtiva e o planejamento de longo prazo no meio rural.
- Ampliação da diversificação dos cursos técnicos de manejo e gestão da produção nos principais centros e polos nacionais de produção, com ênfase no ensino médio técnico, garantindo qualificação e retenção de jovens no campo, com perspectivas concretas de empreendedorismo e trabalho.
- Incorporação da inclusão produtiva rural como programa estratégico, tanto de organizações governamentais quanto da sociedade civil, alinhando-se às demais iniciativas estruturantes ligadas à causa mobilizadora de Inclusão Produtiva.
- Integração da realidade das regiões rurais aos programas sociais e educacionais nacionais, superando a visão isolada do campo e promovendo a equidade territorial nas políticas públicas.

Adensamento da agroindústria nos centros regionais de produção

- Incentivo ao fortalecimento de polos regionais de agroindústria, com fortalecimento da produção industrial em torno das regiões produtoras, voltados ao mercado interno e externo e integrado nos principais corredores logísticos, utilizando especialmente as fontes alternativas de energia.
- Apoio do BNDES, Banco do Brasil e de bancos de fomento regionais/estaduais a esse adensamento e fortalecimento de polos descentralizados.



8. Estímulo e organização urgente do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, catalisando produtividade e renovando a matriz produtiva

O Brasil apresenta, a despeito das dificuldades competitivas no ambiente de negócios, um histórico de êxitos sempre que ocorre a aproximação entre pesquisa e produção. São exemplos notáveis dessa experiência bem-sucedida a Embrapa, que impulsionou diversas cadeias produtivas na agricultura, pecuária e agroindústria; e a Embraer, referência na indústria aeronáutica, além da indústria farmacêutica e de todo o complexo aeroespacial instalado no país. Também merecem destaque parques e polos tecnológicos consolidados, como os de Recife (PE), São José dos Campos (SP), São Carlos (SP), Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC) — alguns dos 64 parques tecnológicos em funcionamento no Brasil.

Esse potencial é amplamente reconhecido e estabelecido. Entretanto, sem uma lógica econômica e empresarial clara, que promova a integração entre ciência, pesquisa e tecnologia com financiamento e mercado, por meio de uma

institucionalidade robusta, o país continuará enfrentando dificuldades para agregar produtividade, especialmente em sua indústria. Essa limitação compromete a estruturação de setores econômicos capazes de gerar oportunidades de empreendedorismo, trabalho e empregos com maior valor agregado e remuneração qualificada.

Sem essas condições, será difícil ampliar a exportação de produtos e serviços com valor agregado, especialmente no contexto sul-americano, onde o Brasil detém o sistema industrial mais completo do subcontinente.

Para isso, o País já possui vantagens comparativas relevantes, como abundância de matéria-prima e minerais, energia limpa e disponibilidade hídrica. O próximo passo é fortalecer a estabilidade institucional, formar quadros altamente capacitados com visão de mercado, e valorizar a formação técnica e profissionalizante, com ênfase na articulação entre escolas técnicas, universidades e setores produtivos, dentro de um mesmo foco de inovação e produtividade.

Sistema sinérgico de governança da ciência, pesquisa, tecnologia e produção

A estruturação e a escalabilidade de um sistema sinérgico que integre ciência, pesquisa, tecnologia e produção exigem um esforço conjunto entre o sistema financeiro, o setor produtivo e os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Agricultura, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Saúde e da Defesa.

Além do desafio social de engajar as atuais e novas gerações nos setores dinâmicos da economia global, é necessário enfrentar o desafio competitivo de modernizar a economia brasileira e ampliar a escala da indústria 4.0, especialmente nas áreas de biotecnologia, agroindústria e novos materiais, aproveitando a vantagem estratégica do Brasil por contar com ampla disponibilidade de reservas de elementos de terras raras.

Minerais em terras raras e novos materiais

O Brasil detém 23% das reservas globais de Elementos de Terras Raras, sendo que a China tem 49%, e a Índia, 7,7%. Os EUA possuem pouco mais de 2%. No entanto, essa vantagem geológica ainda não se traduziu em protagonismo produtivo: a China responde por 69% da produção global, os EUA por 12%, e o Brasil, por apenas cerca de 1%, majoritariamente voltado à exportação bruta e com pouca agregação de valor.

Esse contraste revela um enorme potencial não explorado, que pode posicionar o Brasil como *player* central na nova economia baseada em tecnologias limpas, energias renováveis, indústria de ponta, semicondutores e mobilidade elétrica, elementos altamente dependentes dos Elementos Terras Raras (ETRs) e de novos materiais estratégicos.

Semicondutores

Assim como ocorre no complexo industrial da saúde, alcançar um maior grau de autonomia na produção de semicondutores é uma estratégia vital para o Brasil e deve ser priorizada pelas políticas industriais e tecnológicas. O País precisa desenvolver um sistema mais eficiente de estímulo à produção nacional desses insumos altamente especializados, com foco na criação de um ambiente competitivo, capaz de atrair investimentos e consolidar cadeias produtivas locais.

A presença de vantagens comparativas, como a ampla disponibilidade de água, essencial em diversas etapas da fabricação de chips, energia limpa e uma base científica respeitável, confere ao Brasil um diferencial relevante. Contudo, é necessário organizar esforços entre governo, setor produtivo, instituições financeiras e centros de pesquisa para que a política de semicondutores deixe de ser apenas um desejo e se converta em realidade. Esse movimento fortalecerá a inserção do Brasil em cadeias globais de alto valor agregado e ampliará sua soberania tecnológica.

Biotecnologia e fármacos

A liderança brasileira como potência agroalimentar passa também pelo domínio genético e das patentes ligadas à agricultura tropical. E o setor de fármacos tem potencial de abastecer a América do Sul, além de utilizar-se do poder de compra potencial do SUS, funcionando como alavanca para o fortalecimento da indústria nacional e para a redução da dependência externa em áreas estratégicas.

Inteligência Artificial, tecnologia da informação e economia digital

A consolidação do Brasil como referência global em inteligência artificial, tecnologia da informação e economia criativa, incluindo o setor de games, depende diretamente do fortalecimento dos ecossistemas de inovação já existentes nos parques e polos tecnológicos espalhados pelo País. Esses ambientes oferecem a infraestrutura e o dinamismo necessários para manter talentos brasileiros altamente qualificados no território nacional, ao mesmo tempo em que se tornam polos de atração para nômades digitais e empreendedores globais.

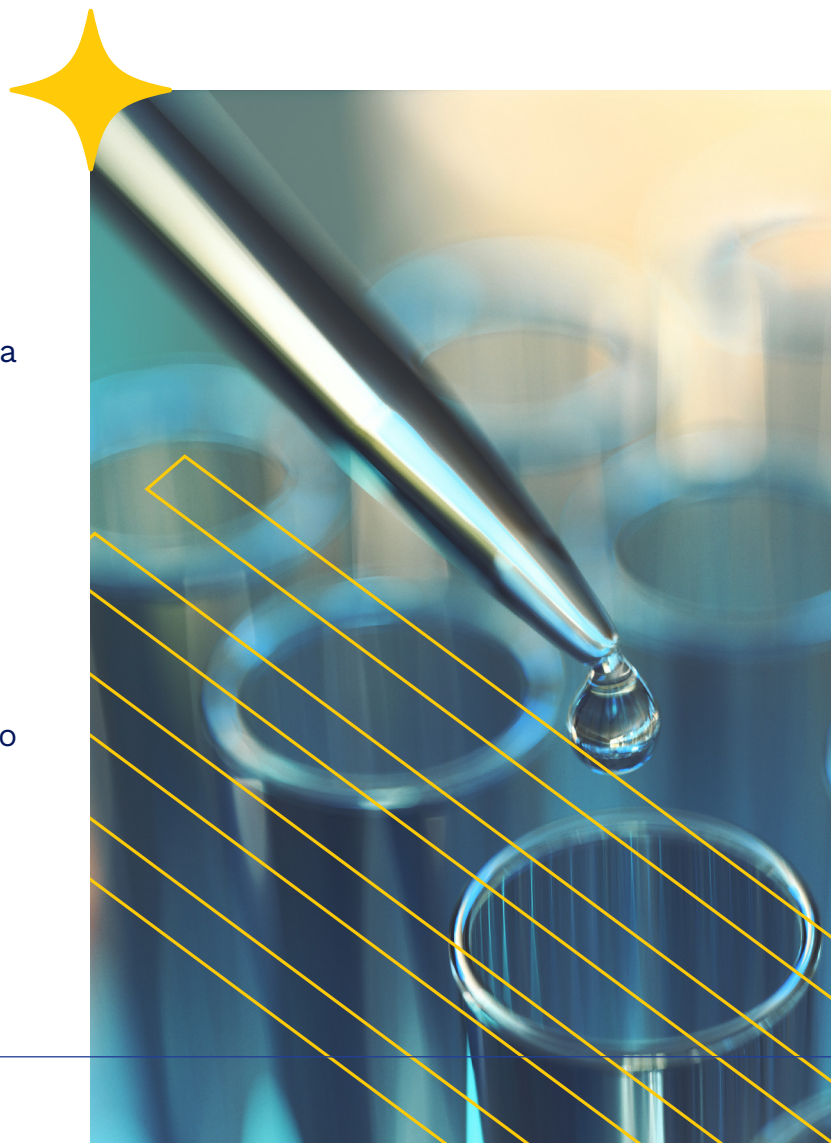
Para que esse potencial se concretize, é essencial investir na formação básica e continuada em linguagens de programação e pensamento computacional, desde a educação básica até os níveis mais avançados do ensino superior. Além disso, é preciso fomentar uma cultura de inovação, criatividade e empreendedorismo tecnológico, conectada às demandas de um mercado global em constante transformação.

O espaço para a indústria tradicional de alta produtividade

Com a reforma tributária, redução das taxas de juros e *spread* bancário e uma atenção a um programa de reequipamento industrial e Indústria 4.0, o Brasil terá plenas condições de fortalecer o seu setor industrial em um novo momento, especialmente nas indústrias vinculadas aos materiais em que o Brasil é abundante e competitivo.

O Sistema S, com todo o apoio do governo federal, tem plenas condições de desenvolver o ensino dual, metodologia de ensino integrada ao trabalho, e ampliar a disponibilidade de técnicos e tecnólogos qualificados.

A atividade industrial é extremamente dependente do custo financeiro, em razão das margens mais estreitas. Exercem um papel decisivo, nesse sentido, a redução global e gradual da taxa de juros, a retomada da confiança na economia, a adoção de fundos de aval e a implementação de estratégias de equalização de taxas.



Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Institucionalização de um sistema robusto e competitivo, sob a lógica econômica e de mercado

- **Orçamento com rubricas específicas para pesquisa sem contingenciamento.**
Proposição de dispositivo no Orçamento que torna os recursos para custeio de pesquisa como essenciais e, portanto, imunes a contingenciamentos.
- **Criação de esfera executiva de governança do sistema, baseada na lógica do financiamento.** A partir da lógica de financiamento, e aprendendo com os sistemas mais eficientes do mundo, criar lógica de governança semelhante à agricultura, pecuária e segurança alimentar para a área de tecnologia.
- **Universidades brasileiras aumentando a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em ciências exatas,** a partir de um sistema de incentivos organizado com departamentos como CNPq, CAPES e as reitorias das universidades federais, estendendo possibilidade de parceria com universidades privadas.
- **Um novo INPI para gerar marcas e patentes, e, com essas, mais receita** – aceleração do processo de modernização e adaptação do INPI aos melhores escritórios de patentes do mundo. Isso implica intensificar sua lógica de atuação em parceria com o mercado, especialmente com a drástica redução nos prazos de tramitação dos processos, priorizando os relacionados à pesquisa nacional. Além disso, deve-se assegurar que as receitas provenientes de royalties e patentes retornem efetivamente às instituições de pesquisa responsáveis por seu desenvolvimento.

- **Organização de sistema de crédito, fundos públicos e privados e atração de investimentos-âncora intensivos em tecnologia.**

A lógica de financiamento da pesquisa deve combinar recursos subsidiados com fundos públicos e privados; a atração de empresas-âncora internacionais é uma opção, por desenvolver rapidamente uma cadeia de serviços e de fornecedores em padrões que podem torná-los fornecedores globais.

- **Estímulo ao desenvolvimento da mentalidade empreendedora no ambiente universitário e instituições de pesquisa brasileiras, com maior dedicação à resolução de desafios da sociedade e de suas cidades/regiões.**

Incentivo de maior relação com o mercado e os setores produtivos, além de reforçar os laços de extensão e de participação das universidades, especialmente as públicas, como provedoras de estudos e soluções para as cidades e regiões que as sediam, com promoção de intercâmbio de modelos, experiências e práticas bem-sucedidas tanto de universidades públicas quanto privadas.

- **Atração e intercâmbio de cérebros e capitais de forma cosmopolita.**

O sistema integrado brasileiro deve estar apto a atrair, em condições competitivas, empreendedores, cientistas e pesquisadores de todo o mundo, ao mesmo tempo em que seja capaz de reter os talentos da pesquisa nacional. Isso inclui a valorização de seus destaques para o exercício de cargos e posições executivas, promovendo uma circulação aberta de conhecimento, inovação e capital humano qualificado, em sintonia com as dinâmicas globais de produção.

9. Desenvolvimento com equilíbrio sustentável dos biomas brasileiros, conciliando com a matriz energética limpa

O Brasil, dentre as 20 principais economias do mundo, é o país com a matriz energética mais limpa, com menor dependência de combustível fóssil, gás e carvão; também tem a melhor combinação entre matriz energética e reserva florestal de 5 milhões de km² (fonte: Banco Mundial), com grande potencial para a economia de baixo carbono. EUA, Canadá, Índia e China, com territórios semelhantes, apresentam reservas florestais mais limitadas.

Como potência ambiental, nosso País deve fortalecer o seu posicionamento interno e externo e buscar consensos equilibrando a produção sustentável, que é a essência de nossa competitividade, com alto grau de preservação dos seus biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa – associando o desenvolvimento dos seus territórios com a melhoria do padrão e da qualidade de vida de sua população.

Além do desenvolvimento de atividades econômicas

ligadas à agricultura e pecuária de forma sustentável e certificada, com base em pesquisa e monitoramento, o Brasil deve fomentar o pleno avanço da economia do carbono, permitindo uma repartição mais equitativa dos benefícios da preservação ambiental.

As energias limpas representam uma das vantagens competitivas do País que precisam ganhar escala e posicionamento estratégico, especialmente no campo dos biocombustíveis, como o hidrogênio verde.

Com o aprimoramento da governança, da regulação e da certificação, além do fortalecimento do financiamento de toda a cadeia produtiva, será possível injetar mais produtividade na economia, ampliar a autonomia nacional e fortalecer a preservação dos biomas, sustentada, desde a origem, pela lógica de financiamento e pela organização setorial. A Lei da Biodiversidade proporciona o arcabouço para o equilíbrio entre preservação, proteção do patrimônio genético brasileiro e as oportunidades de inovação e desenvolvimento a consolidar-se com pesquisa, patentes e produção.

Nesse contexto, a plena implementação da Lei dos Combustíveis do Futuro torna-se essencial, a partir de uma atuação público-privada mais intensa, fundamentada nos princípios sustentáveis que a legislação propõe.

O acesso aos minerais estratégicos, especialmente os de terras raras, também exige uma regulação específica que permita ao Brasil desenvolver, progressivamente, produtos com alto valor agregado, consolidando um mercado interno e externo estruturado. A ausência de regulação e de modelos sustentáveis pactuados abre espaço para irregularidades, exploração clandestina de recursos naturais e evasão de divisas.

O licenciamento ambiental, por sua vez, precisa ser revisto em toda a sua estrutura, com vistas a reduzir a insegurança jurídica, assegurar maior transparência, encurtar prazos e unificar critérios e parâmetros de acordo com a legislação vigente. Os modelos atuais frustram todos os envolvidos: investidores enfrentam processos morosos e complexos, que inviabilizam projetos e oportunidades de emprego; ambientalistas veem seus objetivos esvaziados, já que a burocracia excessiva

desestimula iniciativas regulares e favorece práticas ilegais diante da baixa fiscalização e da dificuldade de aplicar a legislação com eficácia.

Com regras de licenciamento claras, maior integração entre os órgãos de licenciamento, segurança e meio ambiente, e um esforço coordenado de governança, é possível superar o atual cenário de insegurança e avançar rumo a um modelo mais eficiente e equilibrado.

Os recursos hídricos brasileiros, únicos em escala e diversidade, devem ser tratados como ativos estratégicos, capazes de projetar o Brasil como referência em sustentabilidade e organização produtiva. Eles não apenas permitem a expansão de hidrovias e a irrigação de grandes áreas agrícolas, como também oferecem vantagens comparativas na produção de semicondutores e no desenvolvimento de uma matriz energética limpa.

O posicionamento do Brasil como potência agroambiental depende diretamente de uma governança robusta da sustentabilidade e da justa repartição dos benefícios ambientais, sociais e



econômicos oriundos de seus ativos naturais. Esse avanço institucional é essencial para consolidar uma economia de baixo carbono, competitiva e socialmente responsável.

A persistência da pobreza e da economia de subsistência nos biomas brasileiros não configura uma prática sustentável. A verdadeira sustentabilidade envolve, necessariamente, a preservação aliada à prosperidade das populações que vivem nesses territórios, uma conciliação que é não apenas possível, mas também viável e escalável. Pesquisa realizada em 2024 pela *The Nature Conservancy* revelou que 63% dos brasileiros desejam equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente: 39% priorizam o meio ambiente desde que não afete o desenvolvimento, e outros 24% priorizam o

desenvolvimento desde que não comprometa o meio ambiente.

Nesse contexto, a regulamentação e expansão do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) representam um avanço estruturante, pois consolidam o mercado de carbono em escala mais ampla e com maior previsibilidade. Para isso, serão decisivos instrumentos como a regularização fundiária, o georreferenciamento preciso das propriedades e a integração plena entre os mercados financeiro nacional e internacional. O SBCE tem o potencial de tornar-se uma das âncoras do desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros, especialmente da Amazônia, viabilizando a remuneração por serviços ambientais e a valorização dos ativos naturais.

10. O caminho de desenvolvimento com sustentabilidade e segurança para a Região Amazônica

A emergência climática é uma realidade inegável que exige respostas sistêmicas, envolvendo regulação, transição energética e mecanismos que tornem a sustentabilidade um motor viável de financiamento à preservação e aos serviços ambientais em escala.

A Amazônia, como maior reserva natural do planeta, ocupa posição central nas discussões globais. Sob a perspectiva brasileira, é essencial conciliar a proteção ambiental com o direito das populações locais ao desenvolvimento sustentável, garantindo melhores condições de vida, trabalho e empreendedorismo de alto valor agregado e baixo impacto ambiental. Ao mesmo tempo, é imperativo assegurar o cumprimento rigoroso dos direitos constitucionais dos povos originários.

Essa estratégia apenas é possível com uma atuação mais assertiva e coordenada do Estado brasileiro na região, por meio do fortalecimento institucional, da presença pública qualificada e da delimitação clara de zonas

de uso e preservação. Isso permitirá o ordenamento territorial, a eficácia da fiscalização e a viabilidade econômica de atividades sustentáveis, evitando tanto a estagnação econômica quanto o avanço da ilegalidade.

O avanço dessa agenda exige ampliação do diálogo federativo e multissetorial, com foco no estímulo às atividades econômicas sustentáveis – como a agroecologia – em conformidade com o Código Florestal, o georreferenciamento e o processo de regularização fundiária em curso.

Além disso, é indispensável garantir fontes de financiamento nacionais e internacionais para impulsionar essa nova economia, bem como reforçar o capital social da região. Isso inclui o fortalecimento das capacidades locais, com protocolos, infraestrutura e recursos adequados para que governos estaduais e municipais cumpram seu papel. A formação e a valorização de profissionais locais e de todo o País, que atuam em funções públicas na Amazônia, são parte crucial desse processo de transformação sustentável e soberana.

A preocupação com a segurança logística e dos recursos naturais brasileiros também demanda uma presença ainda mais territorial e tecnológica das forças de defesa e segurança, especialmente resguardando as vias de circulação da região. O controle e monitoramento de queimadas, com equipes especializadas preparadas para pronto combate e redução de danos, deve ser estendida integralmente no território amazônico, e, depois, gradativamente, às áreas de preservação dos demais biomas.

Governo federal, governos estaduais e municipais como artífices da coordenação

A efetividade das iniciativas, planos e estratégias voltadas à Amazônia depende da qualidade da governança e da garantia de orçamento para sua execução. Para isso, é fundamental maior coordenação entre o Governo Federal, os governos estaduais e municipais. É desejável a existência de uma instância de governança com caráter mais executivo, envolvendo diretamente os Ministérios mais envolvidos com a causa amazônica, e, indiretamente, todas as instâncias governamentais. Essa instância

de coordenação deve gerar maior capacidade de resolução de questões complexas de jurisdição e política, reforçando o protagonismo dos três níveis federativos.

11. Estímulo às novas modalidades de empreendedorismo e trabalho, ampliando as possibilidades da economia

A organização do trabalho e das famílias brasileiras tem passado por transformações profundas, especialmente nas grandes regiões metropolitanas. Dos 72 milhões de domicílios brasileiros, 49% têm nas mulheres suas principais provedoras (IBGE, Censo 2022).

Milhões de brasileiros têm se comunicado por meio de aplicativos, e também é por esses meios que a demanda por produtos e serviços tem crescido de forma extraordinária. Pelo menos 11 milhões de pessoas obtêm mais de 50% de sua renda mensal por meio de ferramentas digitais, em uma ampla diversidade de negócios e plataformas, das quais apenas uma pequena parte está relacionada a entregas e transporte.

Novos setores e atividades urbanas vêm se intensificando, como a economia do cuidado, que se destaca especialmente no contexto demográfico: mais de 70% das pessoas ocupadas nesse segmento são mulheres.

É cada vez mais frequente mais de duas, às vezes três ocupações diferentes enquanto prestadores de serviço. A previdência e o sistema de seguridade social precisam encontrar soluções e adaptações para essa realidade, com outros modelos de capitalização e seguridade para atender a novas modalidades de trabalho.

Por outro lado, atividades sustentáveis com alto potencial de empregabilidade e geração de trabalho e empreendedorismo, inclusive como primeiro emprego ou oportunidade para pessoas idosas, como o turismo, ainda são relativamente tímidas no Brasil. Apesar disso, o setor já emprega mais de 8 milhões de brasileiros e responde por quase 8% do PIB, segundo o *World Travel & Tourism Council - WTTC* (2024).

O Brasil representa apenas 1,6% do turismo global, número modesto frente ao seu imenso potencial natural e cultural. Globalmente, o turismo é uma das indústrias mais dinâmicas: deve crescer US\$ 3 trilhões até 2034 e será responsável por uma em cada três novas vagas de trabalho no mundo. Se o Brasil capturar apenas 1% desse crescimento, o setor poderá expandir mais de 40% em sua economia.

A infraestrutura de serviços, estradas, transportes e rede hoteleira é decisiva para estruturar e qualificar as atrações turísticas do País. A chamada economia do visitante, que envolve a expansão de serviços, entretenimento e esportes no ambiente urbano impulsionada pelo turismo, é uma realidade latente, com enorme potencial de geração de trabalho e oportunidades que o Brasil precisa perseguir com mais organização.



Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Melhoria da flexibilidade com seguridade do trabalhador e empreendedor urbano brasileiro

- **Adaptação das estruturas sociais e trabalhistas**
 - Estudo de novas formas de arrecadação para a Previdência Social, alinhadas às transformações no mundo do trabalho e aos novos formatos de contratação. Devem ser criadas formas de contribuição e de cobertura previdenciária, mais adequadas a trabalhadores com vínculos flexíveis.
 - Criação de modalidades complementares de seguridade social e poupança, mais versáteis e adaptadas às diferentes trajetórias profissionais.
 - Melhorar o modelo de previdência para os MEIs, de forma a melhor garantir a sua seguridade social.
- **Realização de esforço de “formalização” e reconhecimento amplo da economia, inclusive com base nos institutos de pesquisa oficiais**

Incorporação e melhor compreensão da dinâmica da economia urbana, especialmente em comércio e serviços, superando a subnotificação recorrente causada pela informalidade.
- **Utilização de tecnologia para garantia da justiça tributária e redução da evasão fiscal**
 - Acompanhamento da evolução das empresas, adaptando seu modelo de tributação a uma gradativa ampliação da base de contribuintes.
 - Priorização da proteção social dos empreendedores de pequeno porte com aspecto mais importante do que a tributação, respeitando e ampliando a sua liberdade econômica, porém com maior proteção social.
- **Fortalecimento de microcrédito e novas modalidades de seguro**

Ampliação da oferta de crédito para negócios de pequeno porte, por meio de fundos de aval, linhas com menor burocracia e garantias mais flexíveis, além do incentivo ao desenvolvimento de novas modalidades de seguros patrimoniais, previdenciários e de saúde complementar, mais adequados aos perfis flexíveis de trabalho e às novas dinâmicas familiares e produtivas da sociedade brasileira.

Estimular a expansão, a conectividade e a estruturação da oferta e atividade turística no Brasil, nacional e internacional

- **Economia do visitante, incluindo esportes e entretenimento**

Estímulo à atração de novos investimentos em produtos e eventos turísticos, esportivos e de entretenimento no Brasil, com potencial de reunir a população local, turistas brasileiros e da América do Sul.
- **Avanço na desregulamentação do setor aéreo**, para permitir ampliação do número de escalas, melhor aproveitamento da malha aeroportuária e incremento na oferta de voos regionais. A atenção à conectividade, à qualidade, à frequência e à facilidade de acesso aos principais destinos e atrativos brasileiros é decisiva para a integração nacional e o fortalecimento do turismo e dos negócios.
- **Parques nacionais integrados ao turismo**

Habilitação plena dos parques nacionais brasileiros, para que possam oferecer, de maneira sustentável, serviços de hotelaria e gastronomia qualificados, por meio de modelos de concessão, visando a sua integração ao turismo internacional.
- **Turismo náutico**

Desenvolvimento de estruturas náuticas e estruturas em terra, aproveitando de forma sustentável e responsável as características naturais do Brasil, com sua costa marítima, rios e represas com alto potencial.
- **Promoção internacional do turismo brasileiro em escala**

Maior financiamento e intensificação das ações para promoção turística do Brasil no exterior, com ações estruturadas e permanentes, fundamentadas em inteligência de mercado e análise de dados.
- **Programa especial para distritos turísticos, ou áreas especiais de interesse turístico implementadas com eficiência**

Implementação, à semelhança do que já ocorre no México, Europa e EUA, entre outros países, de zonas ou áreas demarcadas de alto potencial turístico, com planejamento integrado, incentivos específicos e garantias de preservação ambiental e valorização cultural.

12. Equilíbrio no desenvolvimento regional, reduzindo as disparidades entre regiões

O Brasil não conseguirá avançar de forma consistente em seu nível de desenvolvimento enquanto persistirem grandes disparidades entre suas regiões. Em áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sem excluir territórios específicos do Sul e Sudeste, a renda *per capita* permanece muito abaixo da média nacional. Nessas regiões, também é elevado o número de dependentes dos programas sociais de transferência de renda.

Diante dessa realidade, torna-se essencial adotar estratégias diferenciadas, capazes de reter a população economicamente ativa em seus territórios, promovendo prosperidade

por meio do trabalho e do empreendedorismo. Nas localidades e nos aglomerados urbanos com os piores indicadores, devem ser intensificadas as ações articuladas entre União, estados e municípios, com foco na melhoria da alimentação, da educação e na ampliação das oportunidades de qualificação profissional, acesso à comunicação, inovação e infraestrutura.

É preciso substituir progressivamente o foco em ações compensatórias por políticas estruturantes que ampliem as possibilidades de geração de renda e desenvolvimento nos próprios territórios, criando e fortalecendo condições concretas para o desenvolvimento de atividades econômicas

sustentáveis, superando a lógica da subsistência ou da migração forçada. Recomenda-se, para tanto, a implantação de um programa de desenvolvimento regional que amplie, prioritariamente, os investimentos em capital humano, inovação e infraestrutura. À medida que os indicadores socioeconômicos evoluem, os programas compensatórios e de transferência de renda podem ser gradualmente reduzidos.

Nesse contexto, é fundamental que empreendimentos vinculados à nova economia verde, ao sistema de ciência e tecnologia e à nova matriz produtiva estejam estrategicamente distribuídos pelo território nacional. Essa descentralização é uma

prática comum nos países de grande extensão territorial e com desigualdades internas marcantes, pois contribui para reduzir disparidades e promover um desenvolvimento mais equilibrado. Da mesma forma, a alocação das melhores capacidades nacionais para aprendizado tecnológico e de gestão, com transferência de conhecimento, para pleno desenvolvimento das capacidades e lideranças locais.

Por fim, vale destacar que o custo social e econômico gerado pelas desigualdades regionais representa um dos principais entraves à elevação da produtividade e da competitividade do País como um todo, reforçando este como um desafio de âmbito nacional.

13. Fortalecimento da segurança jurídica e das condições sistêmicas para propiciar maior investimento de longo prazo em infraestrutura

O Brasil precisa investir cerca de 4% do seu PIB anualmente para recuperar sua infraestrutura e impulsionar a produtividade, por meio do aumento da Formação Bruta de Capital Fixo. Isso representaria investimentos anuais superiores a R\$ 450 bilhões. Nos anos de 2023 e 2024, observou-se uma melhora nesse indicador, e a expectativa para 2025 é de um volume da ordem de R\$ 278 bilhões. No entanto, durante muitos anos, o Brasil investiu menos de 2% do PIB, e muitas vezes de forma pulverizada, como no caso dos recursos oriundos de emendas parlamentares.

Para que a agenda de infraestrutura avance com a magnitude e a priorização que o desenvolvimento, a conectividade e a capacidade de expansão produtiva exigem, é necessário estruturar as ações em três níveis:

a) Investir na melhoria das condições econômicas gerais, no fortalecimento das relações sistêmicas com o exterior

e na credibilidade do País para recolocar o Brasil em trajetória de crescimento sustentável. Tais medidas contribuem para o retorno ao grau de investimento, viabilizam a adesão à OCDE e reduzem o risco cambial. Com isso, ampliam-se as chances de atrair novos interessados e de melhorar os valores e as condições nos leilões internacionais de infraestrutura.

b) Garantir maior segurança jurídica às perspectivas do setor, por meio da proteção das Agências Reguladoras contra a perda de seu caráter técnico. Isso exige evitar indicações pautadas apenas por critérios políticos, assegurando a escolha de dirigentes com base em competência e experiência. A credibilidade do País está diretamente ligada à capacidade dessas agências de manterem sua autoridade e darem continuidade aos programas estratégicos.

c) Aperfeiçoar a governança direta das prioridades nacionais, envolvendo maior integração entre obras e projetos nos setores de transportes, energia, saneamento e outros que moldam a nova geografia econômica brasileira. A

inserção global do Brasil e sua atuação como liderança internacional também devem figurar entre as prioridades, com ênfase em projetos de alto impacto para a produtividade e o desenvolvimento nacional.

Entre estes temas prioritários, destaca-se o impulso às ferrovias, hidrovias, portos e à conexão logística da produção brasileira com o Oceano Pacífico, em bases competitivas e operacionais.

Nesse contexto, a continuidade das Rotas de Integração Sul-Americana assume um caráter altamente estratégico, tanto pelo impacto econômico quanto pela capacidade de ampliar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado asiático, fortalecendo a presença econômica do País em toda a América do

Sul. As cinco rotas devem integrar um processo de governança estruturado, com monitoramento contínuo e execução progressiva, recebendo prioridade absoluta no orçamento nacional, com metas de consolidação até 2040.

É fundamental reduzir o tempo atualmente demandado entre as etapas do ciclo regulatório — do marco legal ao leilão, da construção à operação — por meio de um sistema de “*fast track*”. Além disso, o licenciamento ambiental e seus critérios precisam ser cada vez mais pautados pela negociação entre as agências reguladoras e os órgãos licenciadores, com o objetivo de estabelecer padrões de conduta e protocolos claros, especialmente em projetos voltados à atração de investimentos e concessões.





Redução das Desigualdades

CAUSAS MOBILIZADORAS VOLTADAS ESPECIALMENTE À MUDANÇA E MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DOS BRASILEIROS.

Eixo estruturante com maior impacto positivo

1 - Redução das desigualdades

2 - Retomada do desenvolvimento

3 - Consolidação da democracia

14. Qualidade da educação como prioridade absoluta para igualdade de oportunidades

A educação, assim como as demais áreas sociais, depende de uma articulação sinérgica com políticas de saúde, desenvolvimento social, cultura, esportes e segurança alimentar. Por sua natureza, a educação constitui a base catalisadora de um país democrático, produtivo e capaz de gerar oportunidades e transformar vidas. Por isso, ocupa posição central neste documento, atravessando transversalmente diversas outras agendas.

Houve uma grande evolução no número de matrículas e cobertura da educação nas últimas décadas, com aumento significativo da escolaridade formal – a proporção de escolaridade dos brasileiros, considerando aqueles sem instrução ou ensino fundamental incompleto, e brasileiros, respectivamente, com ensino fundamental completo, médio e superior,

subiu de 63%, 13%, 16% e 7%, em 2000 para 32%, 12%, 36% e 21%, respectivamente, em 2024.

Apesar dos avanços, a qualidade da educação no Brasil segue sendo um desafio estrutural. Cerca de 29% da população entre 15 e 64 anos ainda é considerada analfabeta funcional, um índice que permanece estagnado desde 2018. Entre jovens de 15 a 29 anos, esse indicador se agravou: passou de 14% para 16%, conforme dados recentes. Já no cenário internacional, o desempenho dos estudantes brasileiros é igualmente preocupante: conforme dados do PISA de 2022, apenas 27% alcançaram nível de proficiência adequado em Matemática, 50% em Leitura e 45% em Ciências, ficando atrás de países latino-americanos como Chile, México, Uruguai e Costa Rica.

Reverter esse quadro exige colocar a educação no centro das decisões políticas e dos compromissos de governo. Isso passa por priorizar ações

concretas, mobilizar recursos e promover sinergias capazes de impulsionar uma recuperação efetiva da qualidade educacional no País.

Entre as medidas prioritárias, destaca-se a atenção especial à primeira infância, etapa crítica entre zero e seis anos, decisiva para o desenvolvimento cognitivo. Essa atenção deve vir acompanhada de uma alocação de recursos proporcional à importância dessa fase. No mesmo sentido, é urgente investir na requalificação dos anos iniciais e finais do ensino fundamental. As defasagens de aprendizagem, nutrição e habilidades socioemocionais que deveriam ser consolidadas nos anos iniciais, dificilmente serão compensadas em etapas subsequentes.

Nesta direção, a alfabetização na idade certa deve ser tratada como prioridade absoluta. Experiências bem-sucedidas demonstram que, com forte articulação interfederativa, é possível superar o atraso nesse processo, um dos fatores que mais comprometem o desempenho escolar ao longo da vida.

Outro fator determinante da melhora da qualidade da educação reside em um grande e vital redirecionamento que

deve ser implementado na formação de professores. Valorizar a categoria profissional dos professores e garantir-lhes um novo patamar de prestígio e importância social, oferecendo a eles um novo padrão formativo e uma certificação nacional, condizente com as exigências de um mundo em transformação. O apoio aos professores certificados e de melhor desempenho seria uma forma de a União equilibrar o seu apoio no financiamento da educação básica, que hoje realiza-se em mais de 50% com recursos municipais.

A visão de Escola do Futuro sintetiza um espaço inovador de educação com novas formas de aprendizagem, um espaço físico que contemple um ambiente capaz de conectar o aluno, em qualquer bairro de uma cidade brasileira, à tecnologia, inovação e novos modelos de aprendizagem. Deve ser estimulada a implementação de escolas com currículo acadêmico enxuto e com altas expectativas de aprendizagem, com parte do currículo voltado ao desenvolvimento de aspectos da vida emocional (*soft skills*) e educação digital em todo o currículo, inclusive sobre limites e uso adequado dos recursos digitais.

Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Primeira infância e educação infantil com integração de ações com saúde e social

- **Integração de ações**
A principal prioridade deve ser o fortalecimento da assistência integral à criança brasileira na primeira infância, etapa decisiva para o desenvolvimento humano. Para isso, é fundamental estabelecer uma atuação articulada entre as áreas da saúde, educação, assistência social e sistema de justiça, com integração de dados e acompanhamento contínuo.
 - A esfera de governança da primeira infância - ações da primeira infância, hoje no âmbito da SNAPI (Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância), no Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social - deve ser fortalecida para possibilitar maior atuação interministerial.
 - Na gestão da primeira infância, também deve ser mais enfatizada a colaboração e integração entre todas as esferas.
- **Critério de priorização para vagas em creches**, conforme o perfil das crianças atendidas, priorizando (a) crianças em situação de pobreza ou famílias beneficiárias de programas sociais, (b) crianças em situação de monoparentalidade e (c) crianças com mães economicamente ativas, ou com empregabilidade dependente da disponibilidade de vaga.
- **Visitas domiciliares às famílias em vulnerabilidade**
No âmbito da ação integrada entre Educação, Saúde e Assistência Social nos municípios, é fundamental intensificar o programa de visitas domiciliares às famílias, promovendo maior sinergia entre as políticas públicas e ampliando a efetividade do cuidado com as infâncias.
- **Incorporação das metas e avaliação da educação infantil ao SAEB**
A educação infantil deve ser integrada ao SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), ou ser criado um sistema de avaliação próprio e específico para essa etapa. É essencial que essa avaliação contemple o desenvolvimento integral da criança, considerando múltiplas dimensões de aprendizagem e desenvolvimento.

Formação inicial e continuada de professores: uma política abrangente para a carreira docente

- **A qualidade e motivação docentes são um aspecto decisivo da qualidade da educação**
As mudanças passam por novas formas de recrutamento, seleção, formação e engajamento permanente. A estratégia para atingir esse objetivo e as políticas adotadas devem ter caráter abrangente e devem estar explícitas no Sistema Nacional de Educação.
- **Transição da modalidade de ensino de licenciatura para majoritariamente presencial**
Deve-se estimular que os cursos de Licenciatura contem com o máximo possível de carga horária presencial, superando o patamar previsto na regulação vigente, que estabelece um mínimo de 50% de aulas presenciais. Para isso, é necessário promover mudanças nas Diretrizes Nacionais de Formação Docente, regulamentando de forma mais clara as modalidades presencial e semipresencial. Recomenda-se que, como regra geral, as licenciaturas adotem pelo menos 70% de carga horária presencial, reservando o modelo de 50% exclusivamente para contextos geográficos específicos e desafiadores.
- **Plena implementação de Prova Nacional Docente, com bolsas para os professores com melhor desempenho**
Tornar obrigatória a Prova Nacional Docente para ingresso na carreira docente, como certificação nacional de carreira, respeitando regras e editais estaduais e municipais, mas fazendo da pontuação na prova o critério primordial de classificação. Pode ser criada uma bolsa ou remuneração extra, não permanente, como se fosse uma segunda carreira, além de acesso à formação continuada, para os professores certificados e com melhor pontuação, uma vez atendidos os seguintes critérios: desempenho da escola no Ideb, assiduidade e pontualidade, além da participação na formação continuada. A partir de um desempenho insatisfatório, essa bolsa extra seria descontinuada.

Principais ideias e propostas

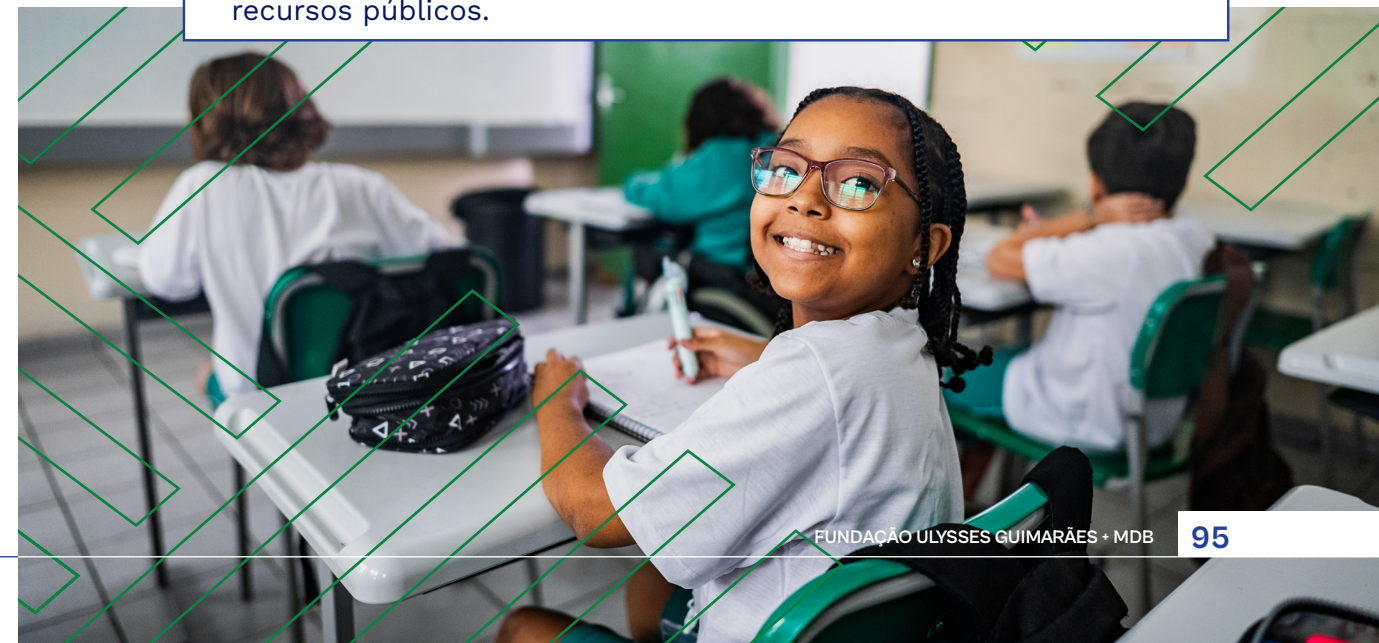
POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Formação inicial e continuada de professores: uma política abrangente para a carreira docente

- **Promoção de atualização nos currículos e abordagens pedagógicas dos cursos de Licenciatura, alinhando-os às demandas contemporâneas da prática docente.**
 - Criação de programas de incentivo, como bolsas de estudo específicas, para atrair os alunos com melhores desempenhos no ENEM à formação docente.
 - Inclusão de ações preparatórias para a vivência de novas realidades, com organização dos horários e rotinas, dando ênfase ao desenvolvimento de competências básicas em linguagem, matemática e raciocínio lógico.
- **Atração de alunos-destaque no ensino médio para as licenciaturas,** através de programa de bolsas de estudo aos alunos com melhor colocação no ENEM.
 - Foco na formação específica de professores para o Ensino Técnico integrado e concomitante ao ensino médio e para a formação superior de tecnólogos, com programa de incentivo específico.
- **Implantação de um sistema de mérito baseado no desempenho das escolas e nos níveis de aprendizagem alcançados,** associado à criação de oportunidades de intercâmbio formativo e avanço na carreira para professores que se destacam na rede.
- **Valorização dos profissionais que mais se destacam em suas trajetórias,** com base em critérios relacionados à capacidade de inovação e aos resultados de aprendizagem alcançados, aliada ao fortalecimento do intercâmbio de conhecimentos nos processos de formação continuada.

Sistema Nacional de Educação e nova governança da educação plenamente implementados para garantir melhor articulação e coordenação entre o Governo Federal, estados e municípios

- Estruturação do Sistema Nacional de Educação para promover maior integração entre as redes do SUS (Saúde) e do SUAS (Assistência Social), além de fortalecer a coordenação interfederativa da educação por meio de novas formas de pactuação e definição clara dos regimes de colaboração.
- Modernização de gestão e governança, pautadas por transparência, uso de indicadores, acesso à informação e critérios de mérito.
- Construção de uma proposta descentralizada, baseada em metas e na coordenação entre os entes federados, sem exigir um modelo centralizador extenuante.
- Revisão da Base Nacional Comum Curricular, buscando simplificação e maior ênfase em linguagem, raciocínio lógico, matemática, esportes, artes, aspectos socioemocionais e temas relacionados ao cotidiano, como educação financeira.
- Revisão sistemática dos sistemas de avaliação, com foco em parâmetros internacionais e avaliação longitudinal por unidade escolar.
- Criação de incentivos para os entes federados, atrelada à melhoria dos indicadores educacionais.
- Aperfeiçoamento do sistema de financiamento da educação, com foco em maior transparência e eficiência na alocação dos recursos públicos.



Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Ampliação do ensino integral, gestão escolar e metas mais assertivas

- Intensificação de esforços para expandir a oferta de educação integral, com apoio financeiro e técnico do Governo Federal, a fim de cumprir a nova meta de alcançar 35% das matrículas em tempo integral até 2030. Para isso, será necessária a revisão das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), permitindo que se avance progressivamente até atingir a totalidade das matrículas da educação básica em regime integral.
- Atendimento a requisitos mínimos e específicos na oferta da educação integral, como carga horária mínima de sete horas diárias ou 35 horas semanais e a oferta de três refeições nutritivas e balanceadas no ambiente escolar.
- Incentivos para a ampliação do número de professores com jornada de dedicação exclusiva, adequada ao ensino integral.
- A oferta de três refeições diárias no ensino fundamental deve ser estendida, gradualmente, a todas as escolas públicas brasileiras, independentemente da modalidade de ensino, até 2035.
- Apoio à plena implementação do Novo Ensino Médio em todo o Brasil, com os seus itinerários formativos.
- Esforço para erradicação do analfabetismo absoluto no Brasil até 2030.
- Desenvolvimento e estímulo à implantação da carreira de gestor escolar.
- Implantação de indicadores finalísticos de gestão escolar, com informações por unidade escolar em todo o País.

Consideração da Inteligência Artificial nos modelos pedagógicos

- Estabelecimento de diretrizes nacionais para o uso de inteligência artificial (IA) na educação, em todos os níveis de ensino, garantindo alinhamento ético, pedagógico e tecnológico.
- Destinação de recursos específicos para investimentos em infraestrutura, conectividade e implementação de bases curriculares e tecnológicas voltadas ao ensino e à aplicação da IA nas escolas.
- Revisão e adequação da formação docente, com foco na capacitação técnica e pedagógica para o uso consciente e inovador da IA, tanto na prática educativa quanto na gestão escolar.
- Promoção da alfabetização digital básica e da formação crítica, voltada ao desenvolvimento de competências digitais essenciais, raciocínio lógico, pensamento computacional e preparação para o trabalho e a inovação.
- Elaboração de um código de ética nacional para orientar o uso responsável e seguro da IA na educação, com atenção à proteção de dados, à transparência dos algoritmos e à não discriminação.
- Início da implantação estruturada de iniciativas baseadas em IA nas Escolas Técnicas, Institutos Federais e Escolas do Futuro, como campo experimental de boas práticas e inovação educacional.

15. A inclusão produtiva de dezenas de milhões de brasileiros proporciona injeção de produtividade na economia, estabilidade social e fortalece a cultura empreendedora

Na virada do século XXI, aproximadamente 60% da população brasileira estava ocupada em alguma atividade econômica, enquanto cerca de 5% vivia em situação de extrema precariedade. Duas décadas depois, embora a taxa média de ocupação entre brasileiros de renda média e alta tenha se mantido em torno dos mesmos 60%, entre os mais pobres essa proporção caiu drasticamente, chegando à metade. Isso revela um expressivo nível de exclusão do mercado de trabalho nas camadas mais vulneráveis da população.

Atualmente, estima-se que cerca de 25 milhões de brasileiros em idade produtiva, pertencentes às faixas de menor renda, vivem com menos de R\$ 600,00 mensais *per capita*. Dentro desse grupo, pelo menos 7 milhões estão inseridos em alguma atividade laboral, enquanto outros 7 a 9 milhões buscam, sem sucesso, uma oportunidade de trabalho. Além disso, há ainda entre 7 e 9 milhões de pessoas que, por



diferentes razões, encontram-se totalmente fora do mercado, compondo o público prioritário dos programas sociais compensatórios, como o Bolsa Família.

Entre os brasileiros em situação de maior vulnerabilidade, pelo menos 7 milhões demonstram disposição imediata para ingressar no mercado de trabalho, mas não encontram oportunidades, conforme apontam os dados da PNADC-IBGE. Essa exclusão decorre tanto da fragilidade da dinâmica econômica quanto da falta de capacitação e de mecanismos de conexão que viabilizem a inclusão produtiva.

Trata-se de um desafio de grande envergadura, com implicações sociais e econômicas relevantes. Enfrentá-lo é urgente e inadiável para garantir a retomada do dinamismo econômico, a coesão social e o equilíbrio do sistema previdenciário e de proteção social.

É essencial frear a redução do número de contribuintes para a Previdência Social e o esvaziamento do regime de trabalho formal (CLT), ao mesmo tempo em que se constroem novos modelos de seguridade social e relações de trabalho compatíveis com as transformações do século XXI. Hoje, dezenas de milhões

de brasileiros estão afastados tanto do processo produtivo quanto da economia formal, um contingente que não pode ser ignorado nas estratégias de desenvolvimento nacional.

Atualmente, 46 milhões de brasileiros possuem empregos formais. Outros 45 milhões estão ocupados, mas na informalidade, sendo parte deles também beneficiários de programas sociais. Entre os jovens, cerca de 10 milhões não trabalham nem estudam. Na faixa de 18 a 24 anos, 19% dos homens estão fora do mercado de trabalho, percentual que sobe para 30% entre as mulheres.

Dos concluintes do ensino médio, apenas cerca de 5% ingressam no mercado de trabalho com formação profissional, enquanto outros 5% seguem para o ensino superior, junto com aproximadamente 15% vindos do ensino médio regular. Isso significa que mais de 70% dos jovens brasileiros encontram-se em algum grau vulneráveis ao subemprego, ao desalento e à desesperança.

Além disso, há dezenas de milhões de trabalhadores em potencial que não constam nas estatísticas de desemprego por estarem afastados do mercado de trabalho há mais tempo e não conseguirem manter vínculos contínuos. Sem inserção formal, esses brasileiros ficam fora da Previdência Social e permanecem em condições precárias, muitas vezes dependentes de programas sociais.

Diante desse quadro, é urgente estabelecer uma política ampla e uma estratégia clara de inclusão produtiva. Essa estratégia deve contemplar a ampliação da escolarização, uma educação orientada à formação empreendedora, o aumento da qualificação profissional e a implementação de políticas de empreendedorismo social.

É indispensável modernizar as políticas sociais, aprimorando os mecanismos de transição e estímulo ao mundo do trabalho. Essas políticas devem promover e garantir a autonomia dos cidadãos e de suas famílias, ao mesmo tempo em que amparem os mais vulneráveis e os temporariamente fora do mercado, sem desincentivar o trabalho, o emprego e o empreendedorismo de quem tem condições e disposição para isso.

É responsabilidade do governo e da sociedade brasileira gerar soluções acessíveis e em larga escala para promover a inclusão produtiva. A omissão tem custos altos: perda de aspiração, de sentimento de prosperidade e de oportunidades concretas de melhoria da qualidade de vida.

Enquanto o Brasil apresenta apenas 12% dos jovens do ensino médio na educação profissional, a média da América Latina é de 20%, e entre os países da OCDE, chega a 40%. Por isso, os esforços entre setor público e privado precisam ser simultâneos. É necessário ampliar o engajamento do setor produtivo nas iniciativas e modelos que viabilizem essa integração de esforços.

Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Maior qualidade na escolarização como difusora de produtividade

- Formação de professores para novos desafios**
 O investimento na formação de professores é essencial para a implementação de novos currículos e a valorização de novas lógicas de aprendizagem. Além de preparar o profissional responsável pelo processo educativo, essa formação contínua é o principal caminho para garantir que os educadores estejam aptos a conduzir práticas pedagógicas atualizadas.
- Monitoramento da qualidade da educação sob padrões internacionais**
 As decisões devem ser tomadas com referência aos resultados de exames de acreditação internacional como PISA e outras proficiências. O analfabetismo funcional e suas causas também devem ser monitorados e decididamente enfrentados. A alfabetização na idade certa deve, também, ser prioridade das autoridades educacionais.
- Maior ênfase em linguagens da Matemática e raciocínio lógico**
 O desenvolvimento de habilidades precisa ser enfatizado em salas de aula, assim como atividades pedagógicas extraclasse que estimulem a formação de competências cognitivas, já desde a educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Inclusão social a partir da escola**
 Desde a educação infantil, é fundamental promover uma educação voltada à valorização da diversidade, à cultura da tolerância e ao fortalecimento socioemocional. A atenção aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade deve ocupar lugar de destaque no cotidiano escolar.

16. Evolução nos programas sociais integrados, de forma a atender à nova realidade do trabalho e da demografia brasileira, gerando autonomia a milhões de brasileiros mais pobres e garantindo assistência aos mais vulneráveis

O Brasil é um dos países que operam um dos sistemas de proteção social mais amplos e complexos do mundo. Quando somamos os grandes programas de transferência de renda, as iniciativas de assistência educacional, a Previdência Social, o SUS e os benefícios continuados, nos deparamos com uma engrenagem robusta, mas frequentemente marcada por sobreposições, falhas de integração e descontinuidades. É um sistema poderoso, mas que ainda demanda maior articulação, coerência e capacidade de resposta efetiva às necessidades da população.

Evidencia-se, no dia a dia do sistema de proteção social, a importância do controle público e da avaliação técnica nas diversas etapas dos programas vigentes, desde a concepção, passando pela implementação até a pesquisa e levantamento de seus resultados. No Brasil, historicamente, há

uma notável escassez de estudos aprofundados ou publicações voltadas à etapa final das políticas públicas: a avaliação de seus resultados. A cultura da mensuração de impacto ainda é incipiente, e a ausência de diagnósticos rigorosos limita a capacidade de aprendizado institucional, a correção de rumos e o aprimoramento contínuo das ações governamentais.

Sem mecanismos eficazes de avaliação, torna-se inviável garantir controle social e transparência no uso dos recursos públicos. A ausência de um acompanhamento sistemático dos resultados também dificulta a consolidação dessas políticas junto à opinião pública, comprometendo sua legitimidade e sustentabilidade.

Brasil, no entanto, conta com instituições robustas e recursos humanos altamente qualificados, tanto no setor público quanto nas universidades, plenamente aptos a desenvolver pesquisas transversais e multidisciplinares voltadas à avaliação e à valoração de programas sociais. A inserção da cultura avaliativa, portanto, depende antes de tudo de uma decisão política. E essa

decisão pode representar um divisor de águas: ao conferir maior eficiência ao gasto público, amplia-se exponencialmente o impacto de um sistema de proteção social de proporções tão vastas como o brasileiro.

Hoje, os programas sociais do País enfrentam uma conjuntura de transformações profundas, decorrentes das mudanças demográficas, sociais e nas dinâmicas do trabalho. Mesmo em um cenário otimista, de retomada do crescimento sustentado e geração de milhões de postos de trabalho e oportunidades empreendedoras, essas transformações devem se acentuar ao longo da próxima década, apresentando desafios que exigirão respostas igualmente estruturadas, informadas por dados e resultados concretos.

Segundo dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, e do Ministério do Desenvolvimento Social, o Brasil apresenta atualmente 46 milhões de trabalhadores com carteira assinada (regime CLT). Há ainda 13,5 milhões de pessoas empregadas sem registro formal, 23 milhões cadastradas no

Simples Nacional e 11,5 milhões atuando como Microempreendedores Individuais (MEIs).

No Cadastro Único, base oficial do Ministério do Desenvolvimento Social para programas sociais, constam 96,9 milhões de brasileiros. Destes, 20,5 milhões de famílias estão inscritas no Bolsa Família, 5,5 milhões recebem o Auxílio-Gás, e 5,6 milhões são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O INSS realiza pagamentos mensais a 40,7 milhões de pessoas, entre benefícios previdenciários e assistenciais. Desses, 6,3 milhões recebem benefícios assistenciais (incluindo o BPC) e 34,4 milhões são aposentados ou pensionistas do regime previdenciário. Vale destacar que 28,5 milhões de beneficiários recebem até um salário mínimo por mês.

Com este quadro, são identificados três desafios e objetivos principais, que são:

- a) Prestar assistência adequada aos brasileiros mais vulneráveis ou em faixa etária fora da população economicamente ativa, como crianças e idosos.
- b) Oportunizar a inclusão produtiva e inserção no mercado de trabalho para aqueles que querem e têm condição de trabalhar; e
- c) Coordenar-se com as demais áreas sociais do Estado brasileiro, como Previdência, Educação e Saúde e exercer política pública que permita a melhoria da condição social da população.

Os objetivos dessa ampla causa social não se realizam sem um processo consistente de prosperidade e crescimento da produção, que se reflita em um mercado de trabalho mais amplo. Contudo, melhorias de processo, especialmente avanços em sinergia, precisam ser endereçadas com urgência. Isso inclui o fortalecimento da transparência e o cruzamento de informações entre os beneficiários e o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), a fim de identificar eventuais fraudes.

A inclusão produtiva deve ser priorizada com atenção especial: estima-se que, atualmente, apenas 20% entre os 10% de brasileiros mais pobres estejam inseridos no mercado de trabalho.

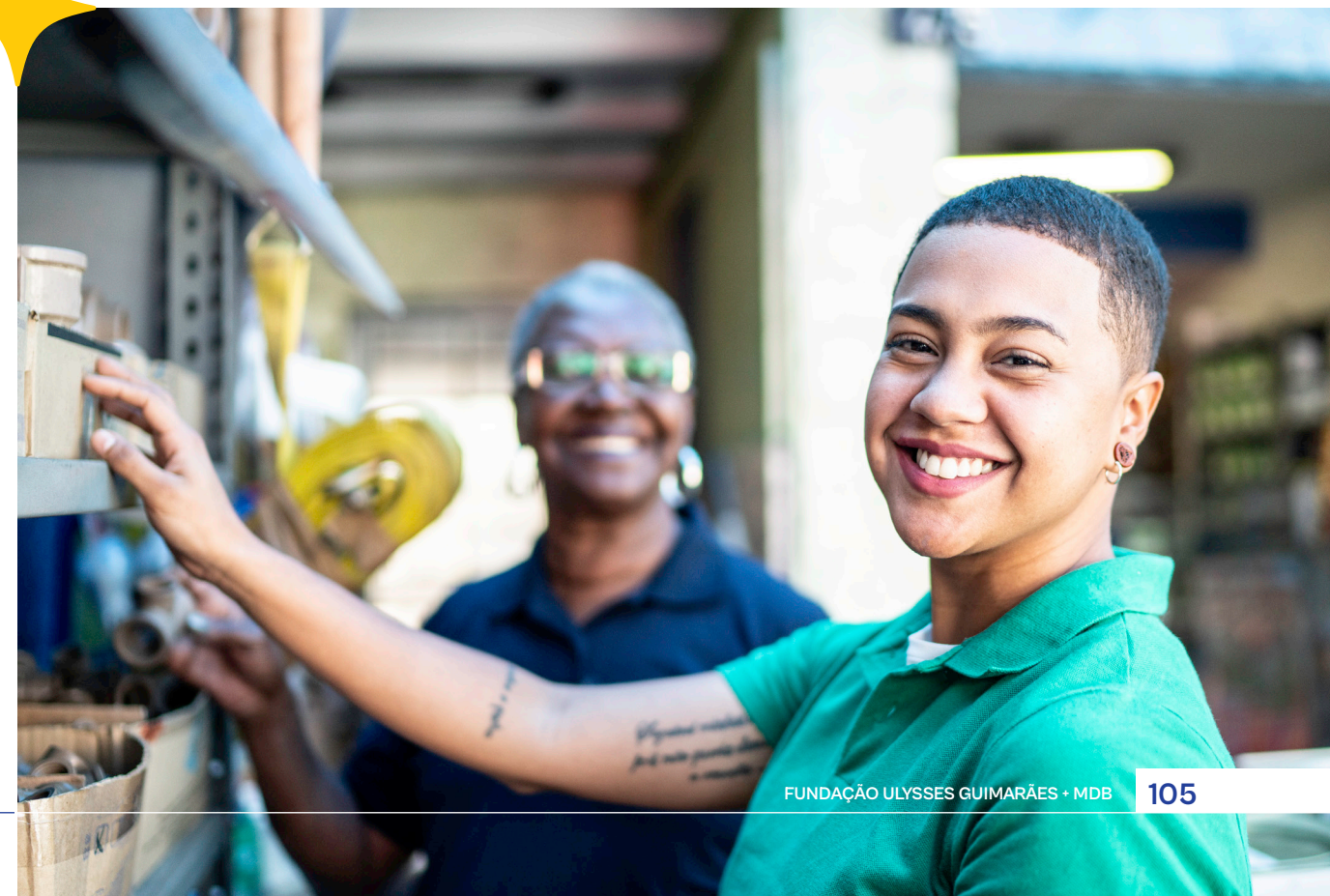
Dentre as mudanças e melhorias em todo o processo, torna-se cada vez mais evidente a importância da configuração em escala nacional de um Agente de Desenvolvimento Social (ADS) em um modelo ampliado que atenda às famílias beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada sob um aspecto sinérgico, para não só poder avaliar com mais acuidade índices, resultados e valores de seus objetivos assistenciais, mas também conhecer em maior profundidade a relação dessas famílias com o trabalho, já que se encontram muitas vezes fora de atividade, também por aspectos sociais próprios ou da dinâmica familiar.

Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Ampliação do escopo de atuação do Agente de Desenvolvimento Social (ADS) para vislumbrar a questão da autonomia, da inclusão produtiva e do mercado de trabalho

- **Novo padrão de treinamento, recrutamento e engajamento**
O ADS deverá assumir, além das competências tradicionais de acompanhamento social e encaminhamento para os serviços de saúde e educação, a responsabilidade de verificar a situação de ocupação das famílias atendidas. Isso inclui identificar possibilidades concretas de participação dos adultos em programas de inclusão produtiva, cursos de capacitação, linhas de microcrédito e outras oportunidades.
- **Ênfase no acompanhamento da situação escolar**
O ADS também passará a acompanhar o desempenho escolar dos alunos das famílias atendidas, com acesso às informações sobre frequência, rendimento e desempenho escolar, fortalecendo a integração entre as políticas sociais e educacionais.



Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Evolução na regulamentação e gestão dos beneficiários de programas sociais federais

- **Adoção de indicadores, por município e UF, dos índices de inclusão, educação e saúde das famílias monitoradas**

Implementação de um sistema de indicadores de progressão que permita o monitoramento da trajetória das famílias, municípios e unidades federativas (UFs), a partir do cruzamento de dados relacionados à inclusão produtiva, educação e saúde. Esse sistema possibilitará análises geográficas e demográficas detalhadas, incluindo recortes por faixa etária dos pais e/ou responsáveis, entre outros parâmetros relevantes.

- **Mudanças na regulamentação para que a família que passe a contribuir para a previdência oficial e possua membros com vínculo CLT mantenha o benefício do Bolsa Família**

Adoção de nova modalidade, no caso em que a família inclua membros empregados sob regime CLT e estes venham a manter o benefício do Bolsa Família. Esta seria a modalidade para aqueles que realizaram a transição para a autonomia.

- **Vinculação de crianças e jovens das famílias beneficiadas em programa de acompanhamento total de saúde, iniciativas de Cultura da Paz**

As crianças e os jovens de famílias beneficiárias de programas sociais devem ser prioritariamente vinculados a ações de acompanhamento integral em saúde e a iniciativas voltadas à Cultura da Paz. Isso inclui a priorização na matrícula e na progressão escolar, especialmente na educação infantil em sua região de residência, bem como a inserção prioritária em programas de vacinação, acompanhamento em saúde e atividades socioculturais voltadas à promoção de ambientes seguros e pacíficos.



17. O cuidado com o bem-estar dos brasileiros, ao imprimir sinergia e inovação a um dos maiores sistemas de saúde do mundo

De acordo com dados oficiais, o SUS é um dos sistemas de saúde e assistência mais completos do mundo, com estimativa de 180 milhões de pacientes com cobertura, realizando 2,8 bilhões de atendimentos e 1,1 bilhão de exames por anos.

No entanto, o sistema ainda sofre com situações crônicas na quarta década de implantação e funcionamento: subfinanciamento crônico, baixa valorização da atenção básica, o aumento de contenciosos com a crescente judicialização da saúde.

O Brasil é um dos maiores consumidores de saúde no mundo, sendo responsável

por 1,7% dos gastos globais com saúde. De maneira geral, 70% dos brasileiros são usuários exclusivos do sistema SUS e 25% dos brasileiros são usuários de saúde suplementar (serviços privados e convênios). Ainda há uma alternância e combinação entre SUS e saúde suplementar em torno de 20% dos atendimentos.

A questão dos recursos humanos é fundamental para a saúde, pois mais de 80% dos custos gerais do sistema de saúde são devidos ao pagamento de serviços de profissionais. A saúde gera trabalho para mais de 9 milhões de brasileiros.

Há mudanças significativas na demografia, na cultura e no mapa epidemiológico, mas a principal carência da saúde do brasileiro é por maior sinergia e integração.

A evolução no sistema de saúde passa por alguns vértices catalisadores principais, listados a seguir.

Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Maior ênfase e resolutividade na atenção primária, fortalecendo a prevenção de doenças crônicas

- Maior digitalização da Estratégia de Saúde da Família, de forma a dinamizar o acompanhamento, cadastro e mobilidade das equipes.
- Aumento das atividades de prevenção na rede de saúde e de campanhas de saúde pública em todas as mídias – com a transição epidemiológica, doenças crônicas suplantam as doenças infecciosas em incidência.
- Campanhas que se contraponham à desinformação na saúde, especialmente sobre vacinação.
- Prevenção - campanhas de saúde pública de prevenção de doenças crônicas. Há uma transição epidemiológica, mais doenças crônicas e menos doenças infecciosas.
- Dentre os temas para prevenção, estão a conscientização sobre má alimentação, consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo, assim como a necessidade da cobertura de vacinação correta.
- Especial atenção à melhoria da saúde das mulheres, com unidades especializadas às faixas etárias femininas e prioridade na implementação do prontuário eletrônico.
- Melhoria das rotinas de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, com maior compartilhamento de protocolos.
- Melhor preparação para a Economia do Cuidado, atendendo à demografia, considerando questões regulatórias, de recursos humanos, acompanhamento de idosos.
- Atenção à Saúde Social, ou seja, a necessidade de interação pessoal entre as pessoas como um elemento de prevenção a doenças relacionadas à solidão, a partir da criação de espaços de convivência que não sejam casa ou trabalho.



Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Implementação de prontuário eletrônico universal, acessível a toda a rede de saúde

- O SUS tem mais de 280 milhões de usuários cadastrados, o que evidencia a clara necessidade de ampla revisão cadastral e de sistemas, de forma a eliminar pressão sobre os serviços e burocracia.
- Implementação do prontuário eletrônico individual completo em âmbito nacional, com garantia de sigilo, permitindo grande otimização no uso da rede, do acompanhamento de exames, procedimentos, medicação, evitando duplicações e aumentando a assertividade em todos os níveis, especialmente na atenção primária.
- Possibilidade de maior planejamento terapêutico com pacientes hospitalizados, ao se melhor conhecer o histórico do paciente e condutas já adotadas.

Estímulo ao Complexo Econômico-Industrial da saúde, para proporcionar maior autonomia ao Brasil, vinculado ao sistema ciência-pesquisa-tecnologia-produção

- Estímulo ao Complexo Econômico-Industrial da saúde, para dar ao Brasil maior autonomia no acesso a insumos e materiais, além de gerar empregos, desenvolvimento e maior escala nos serviços de saúde oferecidos.
- Fortalecimento da governança interinstitucional e do processo de financiamento e atração de investidores nacionais e internacionais para possibilitar investimentos privados e densificação do ecossistema econômico da saúde em todo o Brasil, incluindo o desenvolvimento de pesquisas, marcas e patentes e especialmente a produção de insumos, materiais e equipamentos.
- Utilização do poder de compra do SUS, da Farmácia Popular e da estrutura hospitalar brasileira para gerar escala e oportunidades aos novos fornecedores homologados.

Evolução na regulação e melhor uso dos recursos humanos, físicos e financeiros

- Evolução no sistema de regulação e redução das filas para atendimento a partir da adoção do prontuário eletrônico universal e revisão nos cadastros e atendimentos repesados.
- Ampliação de convênios de hospitais privados de referência com o ProADi, proporcionando atendimento de alto padrão e hospitais de especialidades em regiões urbanas menos favorecidas.
- Todos os tratamentos com recursos públicos precisam ter fundamentação científica para que sejam autorizados – padrões e protocolos definidos devem ser buscados para se tratar da judicialização nos serviços de saúde em termos mais razoáveis – intensificar os entendimentos entre gestores da saúde e o Poder Judiciário para desenvolver padrões e jurisprudência para tratar da autorização especial de procedimentos.
- Reequilíbrio e maior compartilhamento das funções-meio nas estruturas hospitalares, como administração, recursos humanos, serviços compartilhados, reduzindo custos.

Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Maior rigor na graduação, especialização e na educação continuada para garantir mais qualidade na formação de profissionais na área de saúde

- Assegurar de que todas as faculdades de Medicina em operação tenham um hospital de referência homologado e estrutura e oferta adequadas para a residência médica.
- Desenvolvimento, juntamente com as entidades representativas e as universidades, de exame nacional de habilitação para a profissão médica, como já existente em vários países e recentemente aprovado na Câmara dos Deputados para Medicina Veterinária, seguindo para o Senado.
- Aumento da contratação de profissionais médicos formados com residência no serviço público de saúde, buscando valorizar a atenção especializada e a formação de profissionais – Identificação de trilha específica e remuneração adequada para orientadores de residência médica e especialização.
- Ampliação da estrutura em hospitais de média e alta complexidade para possibilitar o aumento da formação continuada de profissionais médicos.
- Criação de programa nacional de formação continuada de profissionais da saúde em todos os níveis, com certificações acreditadas e acompanhadas pelos Conselhos profissionais.

Implementação criteriosa da telemedicina para aumentar o acesso aos serviços, principalmente especialidades médicas

- Implementação da telemedicina para atendimento a consultas especializadas em todo o Brasil, especialmente no interior e cidades pequenas, seguindo protocolo estabelecido e para determinadas situações e incidências, especialmente consultas eletivas.
- Ampliação das ações de telemedicina no âmbito do SUS, a partir de programas e protocolos específicos.



18. Melhoria da segurança interna e redução da criminalidade, a partir de ações de prevenção e de uma segurança pública integrada, presente e tecnologicamente preparada

O tema da segurança pública é uma questão de Estado que não comporta abordagens ideológicas nem espaço para negociações políticas. Trata-se de um processo contínuo, no qual não há uma “guerra contra o crime” que possa ser vencida de forma definitiva. O combate ao crime e à ilegalidade exige preparação diária diante de dinâmicas que se adaptam, se transformam e se expandem geograficamente, tanto dentro do Brasil quanto para além de suas fronteiras.

Isso demanda ações e ajustes permanentes nos campos institucional, penal, de prevenção, contenção e enfrentamento. A criminalidade manifesta-se em diferentes níveis, desde o crime comum nas ruas, que envolve roubos, furtos e homicídios, afetando diretamente o cotidiano e a sensação de segurança da população, especialmente nas grandes regiões metropolitanas; até o crime organizado, com atuação de facções, milícias e quadrilhas que exploram lacunas

legais, falhas operacionais e oportunidades de lucratividade extraordinária. Em um patamar ainda mais complexo, está o crime institucionalizado, que envolve agentes públicos dos Três Poderes e mina a confiança da sociedade nas instituições democráticas.

É fundamental que a estratégia e a gestão da segurança estejam nas mãos de profissionais da área, com experiência técnica e compromisso com resultados. A solução exige articulação entre diferentes frentes de atuação e depende de forma decisiva do compartilhamento de informações, do uso inteligente de dados e estatísticas e de uma gestão integrada e permanente das políticas públicas de segurança.

Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Prevenção à criminalidade, a partir de ação com grupos sociais em maior risco

- Ampliação das políticas sociais de base, com foco na promoção da Cultura da Paz, especialmente em bairros com maior vulnerabilidade social. Além disso, incentivo e apoio do governo federal à implantação, por parte de Estados e municípios, de centros voltados à cultura da paz, direcionados ao atendimento integral de crianças e jovens em situação de risco.
- Intensificação de ações sociais e de conscientização em escolas, assistência social e logradouros públicos sobre situações de risco, violência contra mulheres e crianças.
- Avanço do empreendedorismo social e do trabalho em regiões urbanas.
- Plena implementação do novo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Digital, com preparação de todas as instâncias para a sua execução, incluindo unidades especializadas.



Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Ações e estratégias de governo “anticrime” nas diferentes áreas de atuação

- Adoção, no planejamento urbano, na arquitetura e no layout de construção, de estruturas “anticrime”, com maior segurança aos usuários, dificuldade para a perpetração de crimes e maior facilidade para identificação de transeuntes, em estações rodoviárias, de metrô, aeroportos, locais de eventos públicos, estádios e shows.
- Ampliação do sistema de câmeras e monitoramento nas estruturas públicas, envolvendo empresas responsáveis pela segurança e acesso ao local, ligadas às guardas municipais e polícias militares.
- Maior regulamentação e fiscalização na produção e distribuição sobre setores com alto índice de atividades ilícitas de bens falsificados e clandestinos, tais como combustíveis, bebidas e cigarros.
- Melhor utilização dos equipamentos de rastreabilidade ambiental, tanto na área urbana quanto na área rural, com a melhoria das comunicações, e sua integração à informação de segurança.
- Nova arquitetura para instalações penitenciárias, tornada obrigatória por ato normativo, dificultando a agregação do crime, oferecendo condições mais dignas e melhor monitoramento da movimentação de apenados.

Atuação sinérgica das organizações e forças de segurança

- Fortalecimento da cooperação com Exército, Marinha e Aeronáutica no intercâmbio de informações de interesse da segurança pública brasileira.
- Investimento em treinamento, processos e fortalecimento das áreas de “Assuntos Internos” e corregedorias em todas as polícias e organizações de segurança pública.
- Aplicação de reconhecimento facial em todas as áreas centrais e de grande circulação nos principais centros urbanos, aeroportos, estações rodoviárias e metrô do Brasil.
- Intensificação do trabalho de inteligência e rastreamento, assim como da articulação com as forças de defesa de modo a “blindar” as fronteiras do Brasil mais vulneráveis à fluidez de atividades criminosas.
- Planejamento integrado de inteligência logística, preparando-se para se contrapor e antecipar à fluidez do crime (ex. modais de transporte, rodoviário, aéreo, hidroviário).
- Intensificação de investimentos em tecnologia e integração de sistemas para a Polícia Rodoviária Federal e concessionárias de rodovias.
- Fortalecimento das polícias ambientais e o aparato da Justiça e fiscalização, com uso de tecnologia, para identificar e conter os crimes ambientais ligados ao crime organizado.
- Criação de sistema nacional unificado, em tempo real, de informações, integrando as diferentes fontes e acessível às forças de segurança em todos os níveis sob protocolos específicos.
- Consolidação de mapa de dados com georreferenciamento no nível de município e em maior detalhamento de estatísticas, ocorrências e séries históricas de criminalidade, equipamentos e logística.
- Intensificação da rastreabilidade da circulação financeira e de compras de bens de alto valor, inclusive com pesquisas sobre crimes virtuais, redes sociais e outras fontes de informação onde pode haver evasão fiscal, crimes comuns ou a presença do crime organizado.

Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Evoluções institucionais para avanço da segurança interna no Brasil

- Evolução da troca de informação e intercâmbio entre polícias, Judiciário e sistema penitenciário no âmbito local, regional e estadual para novos protocolos e regulações.
- Redução da intraburocracia no sistema de segurança, tornando mais ágeis as relações funcionais entre a Justiça criminal, polícias civis e militares, guardas municipais e outras forças e corporações especializadas.
- Intensificação das atuações de segurança pública dentro da Amazônia para um grupo executivo, com central unificada de troca de informações e ação imediata.
- Ampliação da estrutura e da capacidade de mobilização da Força Nacional diante de emergências de segurança pública ou calamidade.
- Criação de protocolos de ação imediata para evitar o “conflito de jurisdição” entre informação e ação, especialmente em situações como Amazônia e fronteiras.

19. Fortalecimento do esporte como elemento de agregação social, educacional e de representação do País

O esporte tem se consolidado como um componente crescente da identidade nacional, e o Brasil tem apresentado avanços consistentes em modalidades olímpicas, paralímpicas e de alto rendimento, em todas as categorias. A estrutura organizacional, profissional e física do esporte nacional evoluiu significativamente nas últimas décadas, assim como a diversidade das modalidades praticadas.

Ainda assim, dois aspectos merecem reforço: o fortalecimento institucional da formação de base de atletas, por meio do incentivo sistemático ao esporte nas escolas, com mais competições, acompanhamento e apoio aos estudantes com potencial esportivo; e a ampliação do papel do esporte como eixo estruturante de projetos sociais e de cultura da paz. Nesses contextos, além do impacto psicossocial positivo, é possível identificar e desenvolver talentos para o alto rendimento.

Institucionalização do esporte dentro das escolas públicas brasileiras, com competições organizadas

- Implementação em âmbito nacional dos jogos escolares, buscando valorizar os campeonatos municipais, regionais, estaduais, chegando ao âmbito nacional em um conjunto de esportes e modalidades.
- Fortalecimento das Confederações Brasileiras de Desporto Escolar e Desporto Universitário.

Intensificação do caráter formador do esporte em projetos sociais e de cultura de paz

- Inserção em todas as iniciativas de Cultura de Paz e projetos de extensão social de oferta de prática esportiva, com profissionais, buscando desenvolver qualidades psicossociais e de grupo, e, eventualmente, revelando potenciais atletas de alto rendimento.

Principais ideias e propostas

POLÍTICAS E INICIATIVAS PARA EXECUÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E ESTÍMULO

Ampliação do processo de descentralização de equipamentos e otimização da utilização de instalações e equipamentos para o esporte de alto rendimento desenvolvidos a partir do Legado Olímpico

- Mapeamento, monitoramento e organização do uso, gestão e utilização dos equipamentos do Legado Olímpico, juntamente com as federações, buscando otimizar a sua aplicação em competições, na preparação das equipes brasileiras e em competições comunitárias escolares.
- Ampliação do processo de descentralização dos equipamentos de alto rendimento, possibilitando que sejam formados atletas em todas as regiões do Brasil.

20. Melhor preparação e apoio às cidades brasileiras para oferecer qualidade de vida, acesso à habitação, mobilidade, saneamento, ambiente urbano saudável e resiliência a catástrofes ou emergências climáticas

Nas duas últimas décadas, as cidades brasileiras passaram a assumir uma série de novas atribuições em sua gestão, o que ampliou significativamente a complexidade e as responsabilidades municipais. Porém, essa ampliação de incumbências nem sempre veio acompanhada dos recursos necessários, sejam eles financeiros, técnicos ou em termos de qualificação e extensão das equipes, gerando

um descompasso entre o que se exige dos municípios e o que se oferece em condições para cumprir essas exigências.

Como resultado, muitos municípios enfrentaram desequilíbrios financeiros e dificuldades estruturais. A aprovação da PEC 66/2023, que estende os prazos de refinanciamento das dívidas municipais, representa agora uma oportunidade concreta para que esses entes locais reorganizem suas finanças e retomem sua capacidade de investimento e gestão com maior equilíbrio.

Apesar dos avanços recentes, persistem desafios importantes que exigem

maior apoio dos governos federal e estaduais. Entre esses desafios, destacam-se a necessidade de soluções mais qualificadas para a mobilidade dentro das cidades, tanto em infraestrutura quanto em materiais, além da promoção de cidades inteligentes: espaços urbanos mais conectados, integrados e preparados para oferecer conectividade e serviços digitais que atendam às demandas da população de forma eficiente e inclusiva.

As grandes metrópoles devem receber especial atenção nos mecanismos de financiamento e incentivos, a partir das estruturas federais e da CAIXA, no que diz respeito à recuperação e revocamento de suas regiões centrais, gerando produtividade para essas cidades, reduzindo a necessidade de expansão de infraestrutura e deslocamentos, melhorando a mobilidade humana e maximizando a infraestrutura já existente nessas regiões urbanas.

A habitação de qualidade permanece como um dos grandes desafios nacionais, exigindo variações de solução que envolvam novos modelos construtivos, materiais

inovadores e foco na elevação do padrão das moradias destinadas à habitação de interesse social, especialmente na Faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida.

Nesse contexto, é essencial aumentar o sistema de habitação subsidiada, estendendo-o também à classe média brasileira. Para isso, propõe-se a criação de faixas de financiamento que considerem as diferentes realidades regionais, contemplando famílias com renda de até 15 salários mínimos e permitindo a realização do sonho da casa própria de forma acessível e sustentável.





Além disso, a preparação para eventos climáticos extremos e a construção de mecanismos de resiliência urbana tornaram-se medidas inadiáveis nas últimas décadas. As cidades brasileiras têm enfrentado um acúmulo crescente de atribuições, como habitação, mobilidade, planejamento urbano, saneamento, infraestrutura, saúde e educação, às quais agora se somam os desafios da prevenção de desastres e da adaptação às mudanças climáticas.

Diante disso, é necessária a ampliação dos mecanismos de financiamento, gestão e execução de ações de prevenção e resposta, com uma proposta de alocação de 60% dos recursos para a prevenção de riscos urbanos e 40% para medidas de mitigação e emergência. Essas

ações devem contar com a articulação e o apoio das esferas estadual e federal, garantindo maior efetividade e cobertura nas regiões mais vulneráveis.

Os planos diretores, bem como os demais instrumentos oficiais de planejamento dos municípios precisam passar a contar obrigatoriamente com o item de prevenção de riscos, além de considerar a lógica de mobilidade humana nas cidades, o que implica, por muitas vezes, mudanças no código de obras, zoneamento, e na forma de executar e organizar a vida nas cidades.

As ações de reciclagem, consumo consciente e economia circular enquanto política de Estado devem permear a produção, distribuição e o espaço urbano, ao reduzir emissões, resíduos e poluição.

Mensagem de convergência

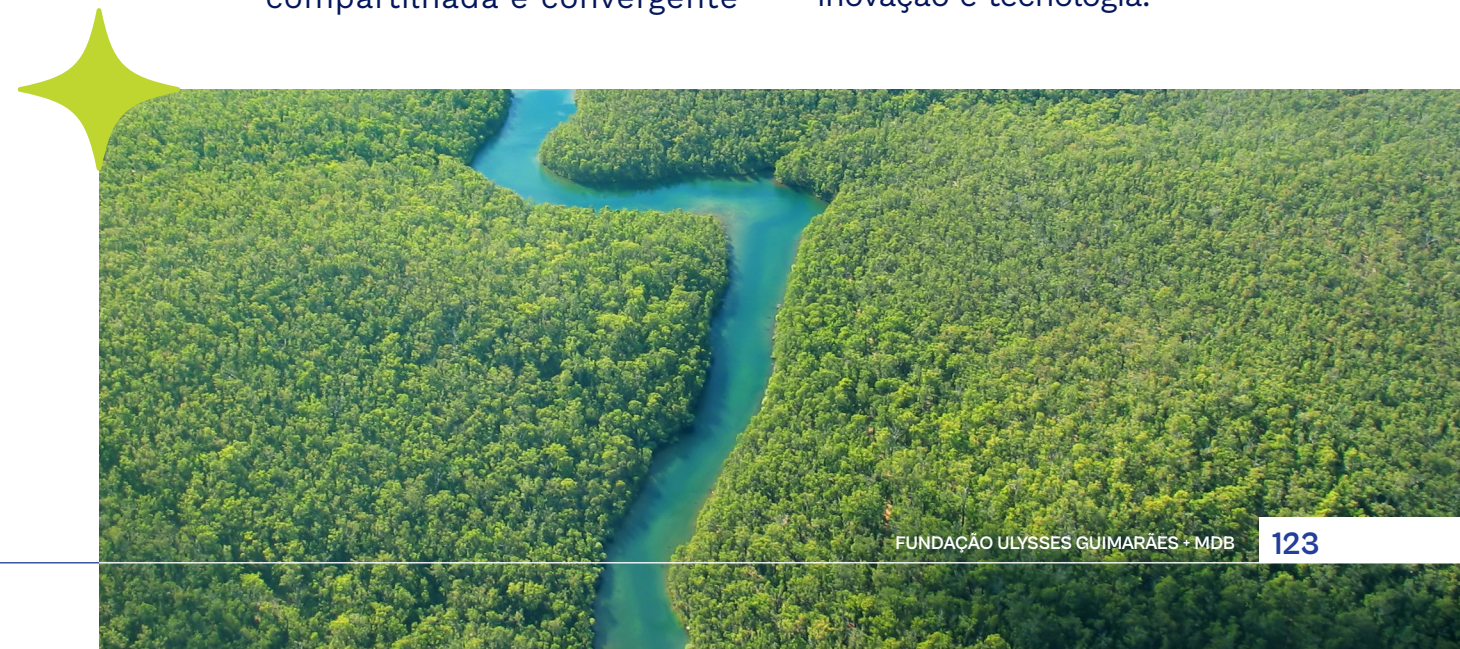
AS ESCOLHAS DE FUTURO DIANTE DA URGÊNCIA DO PRESENTE

Mais do que vontade política, é momento da responsabilidade compartilhada

É importante entender que uma das funções centrais desempenhadas pelo Estado é a manutenção do grau de pacificação do País, sendo um elemento-chave o equilíbrio da sociedade para consolidar o desenvolvimento e a democracia. Com um novo ciclo eleitoral em 2026, há uma grande oportunidade para o MDB se reconectar com os brasileiros de forma significativa, apresentando um posicionamento programático plural e coerente, com uma agenda compartilhada e convergente

focada em mudança, evolução responsável e estratégia de longo prazo.

Há grandes expectativas internas e externas pela recuperação da qualidade institucional e da assertividade das lideranças em torno de um projeto arrojado e sustentável de Brasil, capaz de implementar mudanças importantes e de afirmar um profundo comprometimento com o fortalecimento das normas democráticas. É primordial o País avançar em suas bases econômicas e sociais, bem como em uma temática contemporânea essencial ligada às mudanças climáticas, inovação e tecnologia.





Referências

Esperança e Mudança

(PMDB, 1982)

Democracia com Desenvolvimento

(PMDB, 1996)

Uma Ponte para o Futuro

(FUG-PMDB, 2015)

Todos por Um Só Brasil

(FUG-MDB, 2021)

Educação no Centro

(FUG, 2022)

Inclusão Produtiva no Brasil. Do Desafio à Ação

(FUG, 2023)

Cidades Resilientes

(FUG, 2024)

A singularidade e as especificidades brasileiras requerem um modelo próprio de modernização e transformações socioeconômicas, junto com um olhar especial para o desenvolvimento do capital humano. Neste modelo se inclui um avanço significativo no atendimento das necessidades da sociedade moderna e da futura força de trabalho no que compete à educação, habilidades e conhecimento, que inspire crianças e jovens em suas vidas e trajetórias profissionais.

Este documento apresenta caminhos para que o Brasil possa prosperar no contexto local, regional e no mundo atual e futuro e tem o potencial de contribuir para o debate público, oferecendo subsídios para que lideranças políticas e gestores públicos do MDB se desafiem na formulação de planos, políticas públicas e estratégias relevantes para o País. As atuais circunstâncias clamam por líderes comprometidos com uma nova agenda política e de governo alinhada aos desafios do nosso tempo.



Escaneie o QR Code com a câmera do celular e assista o vídeo resumo do documento programático Caminhos para o Brasil.

Expediente**COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO MDB**

Presidente: Baleia Rossi (SP)
1ª Vice-Presidente: Elcione Barbalho (PA)
2ª Vice-Presidente: Confúcio Moura (RO)
3ª Vice-Presidente: Carlos Chiodini (SC)
Secretário-Geral: Hercílio Coelho Diniz (MG)
1º Secretário-Adjunto: Eunício Oliveira (CE)
2º Secretário-Adjunto: Washington Reis (RJ)
Tesoureiro: Marcelo Castro (PI)
Tesoureiro-Adjunto: Sérgio Souza (PR)
Secretária Nacional da Mulher: Kátia Lôbo (RJ)

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MDB

Reinaldo Japa Takarabe

LÍDER DA BANCADA NO SENADO

Senador Eduardo Braga (AM)

LÍDER DA BANCADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Isnaldo Bulhões (AL)

DIRETORIA ADMINISTRATIVA – FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Presidente: Alceu Moreira (RS)
Vice-Presidente: Edinho Araújo (SP)
Diretora de Formação Política: Simone Tebet (MS)
Diretor de Relações Institucionais: Rafael de Goes Brito (AL)
Secretário-Geral: Welington Coimbra (ES)
Diretor-Tesoureiro: Hildo Augusto da Rocha Neto (MA)

Diretores Suplentes

Renato Guimarães Adur (PR)
 Simone Curraladas dos Santos (SP)
 Valdir Vital Cobalchini (SC)

CONSELHO CURADOR

Presidente: Wellington Moreira Franco (RJ)
Vice-Presidente: Carlos Alberto Chiodini (SC)

Conselheiros Titulares

Edem Ferreira dos Santos (AP)
 Gabriel Vieira de Souza (RS)
 Henderson Lira Pinto (PA)
 Nelson Tadeu Filippelli (DF)
 Norton Soares da Rosa (RS)
 Palmínio Altimari Filho (SP)
 Paula Cristina Titan Rebello (PA)
 Regina Heurich Perondi (RS)
 Roseana Sarney Murad (MA)
 Veneziano do Rego Segundo Neto (PB)
 Walter Vicioni Gonçalves (SP)
 Washington Aparecido dos Santos (SP)

Conselheiros Suplentes

Dirce Aparecida Heiderscheidt (SC)
 Genebaldo de Souza Correia (BA)
 João Lúcio Magalhães Bifano (MG)
 José Wanderley Neto (AL)
 Romero Jucá Filho (RR)

CONSELHO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E EDITORIAL

Presidente: José Fogaça (RS)
Vice-Presidente: Raul Henry (PE)

Conselheiros

Confúcio Aires de Moura (RO)
 Daniel Neves de Faria (SP)
 Elisiane da Silva (RS)
 Gabriel Sousa Marques de Azevedo (MG)
 João Victor Villaverde de Almeida (SP)
 José Aldo Rebelo Figueiredo (SP)
 José Fernando Silva Santos (BA)
 José Frederico Lyra Neto (GO)
 Luís Felipe Loro (RS)
 Marcelo Costa e Castro (PI)
 Robert Bonifácio da Silva (GO)
 Thatiana de Oliveira (DF)
 Thiago Alexandre Rodrigues da Silva (MT)

EQUIPE TÉCNICA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES**SECRETÁRIO EXECUTIVO**

Guto Scherer

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO

Fabício Renner

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Gustavo Torquato Cabral de Araújo - Coordenador de Comunicação

Marcela Nunes Fernandes - Coordenadora de Publicidade

**PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS
“O BRASIL PRECISA PENSAR O BRASIL”****COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

Elizabeth Leão - Execução e Realização de Eventos

Shara Brogio Ponciano de Arruda - Coordenadora de Gabinete da Diretoria

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Thatiana Souza Marcial

PRODUTORA DE EVENTOS

Storia Eventos e Projetos

COBERTURA DIGITAL

Gabriel dos Passos Miranda - Triad Comunicação / Agência Moove

José Henrique Peres Coelho - Coordenação de Marketing e Relacionamento Interno

Rafael Zorn Ramos - Triad Comunicação / Agência Moove

ACERVO HISTÓRICO MDB E FUG

Adriano Ceolin

Evelise Zimmer Neves

GRUPO DE TRABALHO

Deiselene Nascimento de Bastos - Coordenadora de Departamento

Natália Rangel - Executiva de Contas / Agência Moove

Marga Acioli - Head de Novos Negócios / Agência Moove

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO POLÍTICO-PROGRAMÁTICO**COORDENAÇÃO “O BRASIL PRECISA PENSAR O BRASIL”**

José Aldo Rebelo Figueiredo (Coordenador-Geral)

José Fogaça

Raul Henry

José Luiz Fuscaldo

FORMULAÇÃO E CONTEÚDO

Gustavo Grisa

Renata de Carvalho Rodrigues

REVISÃO

Luís Felipe Loro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Agência Moove

FOTOGRAFIAS

Acervo FUG e Agência Moove (banco de imagens

Getty Images e criação em IA pelo ChatGPT)

A Fundação Ulysses Guimarães e o MDB agradecem a todos que aceitaram o convite para contribuir com ideias e propostas durante os eventos virtuais e presenciais realizados pela FUG.

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, em qualquer meio ou forma, seja eletrônica ou mecânica, sem a autorização por escrito da FUG.

<https://fundacaoulysses.org.br/>

SHIS QL 12, conjunto 7, casa 17, Brasília - DF

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES

30
ANOS



ISBN: 978-65-996421-3-5

CD



9 786599 642135